



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 43, DE 2011** **(nº 33/2011, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.

Os méritos do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2011.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e decorativa.

Brasília, 3 de fevereiro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e cumulativamente junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e curriculum vitae de **PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA*

CPF.: 038.794.701-97

ID.: 3214 MRE

1945 Filho de Luiz José Carneiro de Mendonça e Helena Bandeira de Mello, nasce em 01 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1968 CPCD - IRBr

1968 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1970 Terceiro-Secretário em 3 de fevereiro

1970 Assessoria de Imprensa do Gabinete, assistente

1972 Divisão do Pessoal, assistente

1973 Segundo-Secretário, por merecimento, em 1 de janeiro

1974 Embaixada no Vaticano, Segundo-Secretário

1974 Embaixada junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, Segundo-Secretário

1977 Divisão da América Central e Setentrional, assistente

1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 2 de março

1979 Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário

1982 Embaixada em Bogotá, Primeiro-Secretário

1985 Divisão de Política Financeira, assistente

1986 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

1986 Conselheiro, por merecimento, em 1º de julho

1986 Divisão de Política Financeira, Chefe

1986 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

1988 Embaixada em Paris, Conselheiro

1989 CAE - IRBr, O Clube de Paris: sistemática e funcionamento de um foro relevante para os interesses brasileiros

1991 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático

1991 Divisão de Política Financeira, Chefe

1992 Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, Chefe

1992 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro

1994 Embaixada em Bonn, Ministro-Conselheiro
1995 Ordem do Mérito, Alemanha, 1ª Classe
1996 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro
1996 Embaixada junto à Ordem Soberana e Militar de Malta
2001 Ordem de São Gregório Magno, Vaticano, Comendador com placa
2001 Ordem do Mérito Melitense, Comendador, Ordem Soberana e Militar de Malta
2001 Embaixada em Maputo, Embaixador
2001 Embaixada nas Seicheles, Embaixador (cumulativo)
2002 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
2003 Embaixada na Suazilândia, Embaixador (cumulativo)
2004 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe
2005 Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos
2006 Consulado Geral em Paris, Cônsul-Geral
2008 Subsecretário- Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos



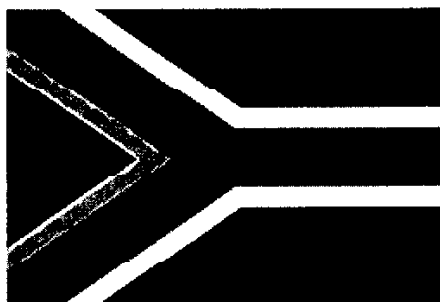
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação sobre a República da África do Sul

SUMÁRIO EXECUTIVO

ostensivo



Novembro de 2010

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da África do Sul
CAPITAL:	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA:	1.219.090 km²
POPULAÇÃO (2009):	49,1 milhões (estimativa)
IDIOMAS:	11 oficiais (inglês, afrikaans, ndebele, sepedi, sesoto, setsuana, siswati, tsonga, venda, xhosa, zulu)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (68%); africanas (28,5%); islamismo (2%); hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO:	Presidencialismo
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Jacob Gedleyihlekisa Zuma
CHANCELER:	Maite Nkoana-Mashabane
PIB (2009):	US\$ 287,2 bilhões (est. FMI)
PIB PPP (2009):	US\$ 505,2 bilhões (est. FMI)
PIB PER CAPITA (2009):	US\$ 5.823 (est. FMI)
PIB PER CAPITA PPP (2009):	US\$ 10.243 (est. FMI)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rand

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES –FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → RAS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (jan-ago)
Intercâmbio	659	935	1.303	1.710	1.894	2.280	2.528	1.692	1.364
Exportações	477	733	1.035	1.369	1.459	1.757	1.754	1.259	870
Importações	181	202	268	341	434	522	773	433	494
Saldo	296	530	767	1.027	1.024	1.235	981	826	375

PEREIS BIOGRÁFICOS

JACOB GEDLEYIHLEKISA ZUMA

Presidente

Nasceu em 12 de abril de 1942 em KwaZulu-Natal. De família humilde do campo, Zuma não teve escolaridade formal. Filiou-se ao “Congresso Nacional Africano” (ANC, na sigla em inglês) em 1958 e tornou-se membro ativo do *Umkhonto we Sizwe*, braço armado do movimento, em 1962. Preso em 1963, passou dez anos na prisão de Robben Island, por onde passaram outros líderes do ANC como Nelson Mandela, Walter Sisulu e Govan Mbeki. Libertado em 1973, exilou-se em 1975 e tornou-se, com o tempo, chefe do serviço de inteligência do ANC, responsável por identificar os informantes do regime aparteísta dentro do movimento.

Retornando à África do Sul com a abertura promovida por De Klerk, em 1990, foi eleito Vice-Secretário-Geral do ANC em 1991. Zuma teve participação destacada nas negociações que levaram à superação da violência desatada nesses anos entre militantes do ANC e do Partido da Liberdade Inkatha (IFP), de base étnica zulu, e que lograram a participação do IFP nas primeiras eleições multirraciais, em 1994. Após as eleições, tornou-se Ministro de Economia e Turismo do Governo provincial de KwaZulu-Natal e, em 1997, Vice-Presidente do ANC.

Designado Vice-Presidente da República em junho de 1999, foi destituído da função pelo Presidente Mbeki em 2005, devido a acusações de corrupção. Eleito Presidente do ANC em dezembro de 2007, tornou-se candidato natural à sucessão de Mbeki, elegendo-se em abril de 2009. Tomou posse em 9 de maio de 2009.

KGALEMA MOTLANTHE

Vice-Presidente

Filho de operários, Kgalema Motlanthe nasceu na Província de Limpopo em 1949. Fez carreira no movimento sindical e no ANC, tendo sido preso político em Robben Island entre 1977 e 1987, onde se aproximou de expoentes do movimento de libertação como Nelson Mandela, Govan Mbeki, Mac Maharaj, Harry Gwala e Walter Sisulu.

Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Sindicato Nacional de Mineradores (1992-1997) e Secretário-Geral do ANC (1997-2007). Em setembro de 2008, foi eleito Presidente da África do Sul pelo Parlamento após a renúncia de Thabo Mbeki, ocupando o cargo até a posse de Jacob Zuma em maio de 2009. Desde então, ocupa a Vice-Presidência do país.

MAITE NKOANA-MASHABANE

Chanceler

Nasceu em 30 de setembro de 1963 na cidade de Ga Makanye, província do Limpopo. Foi casada com Norman Mashabane, ex-Embaixador da RAS na Indonésia, falecido em acidente automobilístico em maio de 2007.

Participou ativamente da Frente Democrática Unida (UDF) na década de 1980. Após a legalização do ANC em 1990, atuou em várias áreas do partido, mais notavelmente na reorganização da Liga Feminina do ANC, liderada por Winnie Mandela.

Entre 1992 e 1995, foi Diretora Provincial da Liga das Mulheres do Limpopo e membro da Comissão de Trabalho Nacional da Liga das Mulheres. Foi parlamentar (1994-1995) e Embaixadora da África do Sul na Malásia (1995-1999) e na Índia (1999-2005). Em 2005, tornou-se Secretária-Geral do ANC na província do Limpopo e assumiu o cargo de Secretária da Habitação e da Administração Local no governo provincial. Foi eleita para a Comissão Executiva Nacional do ANC em dezembro de 2007 e, após a vitória eleitoral de Jacob Zuma, em abril de 2009, foi nomeada para a pasta de Relações Exteriores e Cooperação.

POLÍTICA INTERNA

A política sul-africana é dominada pelo *Congresso Nacional Africano* (ANC, na sigla em inglês). Amparado na legitimidade de sua liderança na luta contra o regime do *apartheid*, o partido venceu com folga todas as eleições desde a democratização: 62% dos votos em 1994, 68% em 1999, 70% em 2004 e 66% em 2009.

Historicamente, o ANC trabalhou em aliança com duas organizações autônomas e relativamente poderosas, o Congresso de Sindicatos da África do Sul (COSATU) e o Partido Comunista Sul-Africano (SACP). A aliança é formal e dirigentes da COSATU e do SACP detêm altos cargos na estrutura do ANC. Nos Governos Mandela e, principalmente, Mbeki, a aliança se esgarçou devido a divergências sobre a política econômica. Apesar de as previsões de ruptura não se terem confirmado, a manutenção da “aliança tripartite” é um desafio político.

A oposição é liderada pela Aliança Democrática (DA, na sigla em inglês), a qual obteve 16,6% dos votos e o governo da província de Cabo Ocidental nas eleições de abril de 2009. A DA é a sucessora do Partido Democrático do período do *apartheid*, composto por brancos contrários ao regime. O antigo partido do *apartheid*, o Partido Nacional, não logrou refundar-se e terminou, numa triste ironia, sendo incorporado pelo ANC em 2005, enquanto a maior parte de seu eleitorado passou ao DA a partir de 1999. A base de apoio do DA está concentrada nas populações branca e mestiça (*colored*) do país, apesar de seus continuados esforços pela diversificação dessa base.

O Congresso do Povo (COPE), o novo partido criado pela saída do ANC de apoiadores do ex-Presidente Thabo Mbeki, teve 7,42% dos votos nas eleições de abril de 2009, um bom resultado para um partido criado seis meses antes, e cujo candidato presidencial carecia do reconhecimento e carisma. O partido, de base nacional e multi-étnica, poderá vir a ocupar papel cada vez mais importante na oposição, mas as continuadas disputas entre suas lideranças têm dificultado sua consolidação.

Além desses, ainda existem 36 partidos na África do Sul, muitos de base religiosa, provincial ou racial, os quais conjuntamente chegam a alcançar 10% do total de votos. O mais importante deles é o Partido da Liberdade Inkatha (IFP), de base étnica zulu e um dos poucos partidos negros legalizados durante o período do *apartheid*. O IFP, que vinha mantendo um patamar de 10% dos votos em escala nacional, ainda que quase inteiramente devidos ao eleitorado zulu do centro-leste do país, recebeu apenas 4,55% dos votos em abril de 2009, resultado atribuído ao fato do candidato do ANC, Jacob Zuma, ser de etnia zulu.

Governo Jacob Zuma. O ANC manteve a maioria no Parlamento por larga vantagem, mas ficou com três cadeiras a menos que o número necessário para poder aprovar emendas constitucionais sozinho. A distribuição surgida do sufrágio de abril de 2009 foi a seguinte: ANC, 264 cadeiras; DA, 67 cadeiras; COPE, 30 cadeiras; IFP, 18 cadeiras; e nove partidos menores, total de 21 cadeiras.

O ANC também governa oito das nove províncias do país, a única exceção sendo a do Cabo Ocidental, onde venceu a DA de Helen Zille. Apesar do federalismo teórico, na prática a África do Sul é governada praticamente como um Estado unitário, dada a supremacia do ANC. A Câmara Alta do Parlamento – o *Conselho Nacional de Províncias* – eleita indiretamente pelas assembleias provinciais, tem atuação quase figurativa.

O discurso eleitoral de Zuma centrou-se na necessidade de reforçar as políticas sociais – principalmente nas áreas de criação de empregos, educação, saúde e criminalidade – e de corrigir distorções no programa de *empoderamento* econômico da população negra. Na área econômica, a promessa foi de continuidade, o que foi refletido nas nomeações para os postos-chave de Chefe da Comissão de Planejamento Nacional (cargo recém-criado, com o ex-Ministro das Finanças Trevor Manuel), Ministro da Finanças (Pravin Gordhan, ex-chefe da Receita Federal) e Banco Central (Gill Marcus). A principal nuance foi a promoção a Ministro do até então Vice-Ministro de Comércio e Indústria, Rob Davies, que se notabilizou por posturas industrialistas e intervencionistas dentro do debate sul-africano.

A fase final da preparação para a Copa do Mundo coincidiu com o início do Governo Zuma. Além do impacto direto na criação de empregos, o evento tem permitido a reedição da estratégia de Mandela de utilizar o esporte para promover a unidade nacional. Esse, inclusive, é outro traço do Governo Zuma, que tem se distanciado da postura mais confrontacionista em relação às minorias do período Mbeki. Nesse sentido, tem realizado gestos simbólicos, como visitas a favelas de brancos pobres e desautorizado vozes dentro do ANC que mantêm um discurso mais forte nesse campo.

ECONOMIA

Atualmente, a base da economia sul-africana são os serviços, com uma participação importante da indústria. Mineração e agricultura mantêm importância central, porém, pela participação da primeira nas exportações do país (responde por um terço delas), e a segunda pela absorção de mão-de-obra não-qualificada. Há forte concentração espacial, pois duas das nove províncias respondem por 55% do PIB (Gauteng com 40% e Cabo Ocidental com 15%). Em função das políticas econômicas ortodoxas

adotadas pelo ANC desde 1994, a RAS hoje tem economia aberta (o comércio internacional alcança 60% do PIB) e possui o *investment grade*.

Após anos de crescimento lento e dificuldades com o câmbio e a inflação, a África do Sul viveu um ciclo virtuoso em 2001-2006, com o crescimento alcançando ou superando a casa dos 5% anuais em 2004-2006, a inflação caindo pela metade para menos de 4% anuais, as reservas internacionais triplicando, e a renda *per capita* crescendo 33%. A partir de 2007, porém, as dificuldades voltam a aparecer: apesar do crescimento positivo (5,1% em 2007 e 3,1% em 2008), a inflação escapou das metas do Governo, chegando a 7% em 2007 e 11% em 2008; o déficit na conta corrente alcançou 7,8% do PIB em 2007 e 7,4% do PIB em 2008; e o déficit comercial presente desde 2004 não se alterou.

Foi nessas condições que o país sofreu o impacto da crise internacional. Apesar do impacto no PIB ter sido moderado (-1,8% em 2009), foram perdidos 1.170.000 de postos de trabalho, mesmo com todos os investimentos na preparação para a Copa do Mundo. Em reação à crise, o Banco Central reduziu a taxa de juros em 5,5 pontos percentuais (para 6,5%) entre dez/08 e fev/10; o Governo impulsionou o gasto público, transformando o superávit de 1% do PIB de 2008 para um déficit de 7,3% em 2009; e foram tomadas medidas pontuais de exoneração fiscal.

Assumindo o Governo nesse contexto, Zuma promoveu reorganização da área econômica do Governo, medida interpretada por muitos como esforço para acomodar as diversas correntes que o apoiaram. Prevvia-se um confronto entre grupos mais ortodoxos ou heterodoxos dentro da equipe econômica, mas isso não ocorreu. Ao contrário, a orientação econômica do Governo Zuma tem primado pela manutenção da austeridade fiscal e monetária, conjugada com projetos de aumento de investimento públicos para gerar emprego, renda e prestar serviços básicos para a população carente, além de políticas sociais que ajudem a reduzir as disparidades de renda. A nota de mudança foi dada pelo Ministério da Indústria e Comércio, que anunciou ambiciosa política industrial (o *II IPAP – Industrial Policy Action Plan*) em fev/10, a qual coloca a revitalização da indústria no centro da política econômica do país. Para tanto, todos os demais instrumentos de política comercial – tarifas, compras governamentais, investimentos, serviços entre outros – deverão ser alinhados aos objetivos dos planos industriais.

As projeções oficiais são as seguintes: (i) crescimento econômico de 2.3% em 2010, 2.7% em 2011 e 3.6% em 2012; (ii) inflação em torno de 6% em 2010 e 2011; (iii) déficit na conta corrente de 4.9% do PIB em 2010 e 5.8% em 2012; (iv) déficit orçamentário de 6.2% do PIB em 2010-2011 e de 4.1% em 2012-2013; (v) dívida pública de 40% do PIB em 2010-2011. Permanece o compromisso de Zuma de reduzir o desemprego dos atuais 25.2% para 13% no prazo de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

O fim do regime de *apartheid* permitiu que a África do Sul superasse décadas de isolamento se reinserisse na comunidade internacional, adotando uma política externa global. Com a prioridade atribuída à agenda regional africana, Pretória tem buscado aprofundar o tradicional relacionamento com os países desenvolvidos e desenvolver parcerias com grandes países em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

O Governo Zuma manteve as prioridades da política externa dos Governos anteriores. A principal continua a ser a agenda africana, principalmente a atuação nos organismos regionais (SADC, NEPAD e União Africana) e a resolução de conflitos no continente. Após a África, merecem destaque o aprofundamento dos laços Sul-Sul e o esforço por aumentar o perfil do país na governança global (G20-F, reforma do Conselho de Segurança, e pleito sul-africano por aderir ao grupo BRIC).

Existem, porém, nuances diferenciadas e ênfases inovadoras em várias áreas. O componente de cooperação da política externa sul-africana está aumentando de perfil, com a criação de uma agência oficial para a área e a mudança simbólica do nome da Chancelaria, de “Departamento de Assuntos Exteriores” para “Departamento das Relações Internacionais e Cooperação”. Na agenda africana, percebe-se uma postura mais forte contra a assinatura de Acordos de Parceria Econômica (EPAs) interinos de países da SACU com a União Européia, e o esforço de redirecionar a SADC para ser uma área de livre comércio com ambição de absorver outras regiões africanas. Em terceiro lugar, tem havido maior esforço na diplomacia pública, particularmente em relação às posturas sul-africanas sobre direitos humanos. Finalmente, merece ser mencionado o relançamento das relações com Angola e com os Estados Unidos.

A política externa econômica foi modificada para atender à nova prioridade de manter a liberdade de ação necessária para a implementação de nova política industrial. O novo Ministro do Comércio e Indústria, Rob Davies, é reconhecidamente cético em relação à Rodada Doha, repudiando acordos que não contemplem flexibilidades na área industrial, concessões em serviços, ou aceitação de regras “OMC plus” nos “novos temas”. Como alternativa, Davies defende o reforço dos laços Sul-Sul, em particular com os grandes países emergentes. Os críticos, porém, vêem aí uma contradição do Governo Zuma, pois seriam esses países os mais atingidos pela postura protecionista das novas autoridades, uma vez que o comércio com a União Européia – principal parceiro – está regulado por tratado de livre comércio.

Angola. Após anos de relações distantes, RAS e Angola estão se reaproximando. Gestos simbólicos nesse sentido foram a participação do Presidente José Eduardo dos Santos na cerimônia de posse de Zuma - Santos não fora sequer à posse de Mandela – e a escolha de Angola como destino da primeira viagem internacional do Presidente Zuma (ago/09). Na visita, Zuma se fez acompanhar por 11 Ministros de Estado e pela maior delegação empresarial a acompanhar uma visita de Estado desde o fim do *apartheid*.

China. As relações bilaterais, estabelecidas apenas em 1999, avançaram rapidamente: o comércio saltou de US\$ 757 milhões para US\$ 17,8 bilhões entre 1998 e 2008, e gerou-se um estoque de US\$ 6 bilhões de investimentos chineses na RAS (eletro-eletrônica) e de US\$ 1 bilhão de investimentos sul-africanos na China (mineração, cerveja e papel). Cerca de 300 mil chineses vivem hoje na África do Sul.

O déficit profundo do comércio bilateral tem gerado preocupação na RAS em relação ao formato “colonial” que tomou seu comércio com a China. Em 2007 e 2008, estiveram em vigor cotas para a importação de têxteis chineses. Note-se que a África do Sul reconhece a China como “economia de mercado” desde junho de 2004.

Recentemente, a Chanceler Nkoana-Mashabane (fev/10) e o PR Zuma (ago/10) visitaram Pequim, tendo sido assinado durante essa última visita uma “Parceria Estratégica” África do Sul-China.

Estados Unidos. As relações bilaterais foram prejudicadas por atritos com o Governo Bush, sobretudo em temas como Iraque, HIV/AIDS e Zimbábue. Nesse sentido, foram importantes as visitas da Secretária Clinton a Pretória (ago/09) e da Ministra Nkoana-Mashabane a Washington (abr/10), ocasiões em que as autoridades norte-americanas foram pródigas em elogios às instituições, à política econômica e à política externa da RAS. Desde 2009, foram assinados os seguintes acordos bilaterais: criação de “Mecanismo de Diálogo sobre Não-Proliferação e Desarmamento” (ago/09); “Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento de Energia Nuclear” (set/09); criação de “Conselho Bilateral de Negócios” (set/09); criação de “Diálogo Energético” (abr/10); e criação de “Diálogo Bilateral” (abr/10).

Europa. A União Européia (UE), com destaque para Reino Unido e Alemanha, é o maior investidor na África do Sul e responde por cerca de metade do total do comércio exterior sul-africano. As relações entre os dois pólos são regidas pelo *Acordo sobre Comércio, Desenvolvimento e Cooperação* (TDCA, sigla em inglês), assinado em 1999, cujo principal objetivo consiste na criação de área de livre comércio entre a UE e a África

do Sul até 2013. Além do TDCA, foram firmados acordos separados sobre vinhos e bebidas alcoólicas em janeiro de 2002, e, em dezembro de 2006, entrou em vigor acordo que estabelece sistema de preferências comerciais aos automóveis exportados pela RAS, atendendo a interesse sul-africano de diversificação da pauta exportadora. A UE e a RAS mantêm também uma Parceria Estratégica.

RELAÇÕES BILATERAIS COM O BRASIL

A África do Sul foi o mais importante parceiro comercial do Brasil no continente africano até a década de 1970, quando o maior dinamismo da inserção brasileira na África, o impacto da crise do petróleo e o isolamento internacional do regime aparteísta reduziram relativamente sua importância comercial e levaram ao congelamento das relações políticas. O Brasil juntou-se às sanções impostas pela comunidade internacional contra o Governo sul-africano e manteve apenas Encarregado de Negócios à frente da Embaixada em Pretória.

A transição democrática da África do Sul, consumada em 1994, inauguraria novo período nas relações bilaterais. Visitas importantes a partir de então realizadas incluíram: a de Nelson Mandela ao Brasil (1991); do Presidente Fernando Henrique Cardoso à RAS (1996); do Vice-Presidente Mbeki ao Brasil (1997); do Presidente Mandela ao Brasil (1998); do Vice-Presidente Maciel à RAS, para a posse de Mbeki (1999), e do Presidente Mbeki ao Brasil (2000).

Se para a RAS o Brasil já constituía parceiro prioritário dentro da estratégia sul-africana de desenvolver uma diplomacia global, a partir de 2003, nota-se ainda maior intensificação das relações, o que se reflete no aumento dos encontros bilaterais de altas autoridades. O Presidente Lula esteve na África do Sul em três ocasiões (nov/03, out/07 e jul/10), enquanto nesse período os Presidentes Mbeki e Zuma estiveram cada um duas vezes no Brasil (Zuma, em out/09 e abr/10).

Novas iniciativas conjuntas foram lançadas, entre elas o IBAS. Na área de defesa, Brasil e África do Sul deram início à construção conjunta de um míssil de quinta geração (“projeto A-DARTER”), ao passo que a entrada em vigor de acordo sobre cooperação em ciência e tecnologia, em 2008, permitiu uma maior aproximação acadêmica. Com a assinatura, em julho de 2010, da Declaração e Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-África do Sul, o Brasil consolida-se como um dos principais parceiros da RAS no contexto mais amplo da cooperação Sul-Sul.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

A África do Sul é, tradicionalmente, um dos principais parceiros comerciais do Brasil na África, ao lado de Argélia, Nigéria e Angola. Nos últimos anos, a corrente de comércio bilateral foi superada pela Argélia e por Angola, devido ao aumento das importações de petróleo desses países. O comércio bilateral conheceu significativo crescimento desde 2002, passando de US\$ 659 milhões naquele ano para US\$ 2,53 bilhões em 2008, fruto de exportações brasileiras de US\$ 1,75 bilhão e importações de US\$ 774 milhões. Entre 2005 e 2008, o superávit brasileiro ficou na casa de US\$ 1 bilhão anual, com ligeira oscilação. A África do Sul passou a ser o quarto maior parceiro do Brasil no continente africano.

As exportações brasileiras, que vinham crescendo rapidamente em anos anteriores (53% em 2003, 41% em 2004, 32% em 2005, 6% em 2006 e 20% em 2007) estagnaram em 2008 (-0,17%) e caíram em 2009 (-28%). Essa queda, porém, esconde um aumento próximo a 700% das exportações agrícolas brasileiras para a RAS em 2009, com o que o Brasil passou do 13º para o 2º lugar no ranking de fornecedores desses produtos para a África do Sul. As importações, que vinham crescendo também a taxas importantes (11% em 2003, 32% em 2004, 27% em 2005 e 2006, 20% em 2007, e 48% em 2008), tiveram queda bem maior, de 44%, no ano de 2009. Com isso, a corrente de comércio foi de apenas US\$ 1,6 bilhões em 2009, mas ainda assim a contração foi menor do que a ocorrida no comércio com outros países, razão pela qual a África do Sul passou de quarto para terceiro maior parceiro comercial do Brasil na África.

A pauta de exportações brasileira é diversificada, com prevalência de bens manufaturados, responsáveis em 2009 por mais de 50% do total. Em 2009, os principais produtos exportados foram carnes e miudezas (9,44%); açúcares (8,62%); chassis com motores para veículos automóveis (5,25%); fumo não manufaturado (4,86%); veículos automóveis com motor de explosão (4,44%); carrocerias para veículos automóveis (3,95%). A pauta importadora foi liderada por combustíveis e óleos minerais – hulha (9,92%), motores de explosão (9,58%), ligas de ferro-manganês (5,25%), lâminas de ferro e aço (5,22%), hidrocarbonetos acíclicos (4,47%).

Na comparação do desempenho do comércio bilateral entre os primeiros oito meses de 2009 e de 2010, houve um ligeiro aumento das exportações brasileiras (+7,10%), mas grande aumento das importações (+75,46%). Assim, o superávit brasileiro ficou em US\$ 375 milhões em uma corrente de comércio de US\$ 1,364 bilhão.

Os investimentos sul-africanos no Brasil são expressivos, destacando-se os da mineradora Anglo-American (US\$ 1 bilhão investidos, US\$ 1,2 bilhão adicionais anunciados) e do grupo editorial Naspers (adquiriu 30% da Editora Abril em 2006 e o site “Buscapé” em 2009). O principal investimento brasileiro na RAS é uma fábrica de ônibus da Marcopolo, com uma produção mensal de 20 unidades. A Vale e a Odebrecht mantêm escritório no país.

Em julho de 2010, teve lugar a primeira reunião de mecanismo ministerial “fast-track” para a resolução de diferendos comerciais. Brasil e África do Sul dispõem de *Acordo para Evitar a Dupla Tributação* (em vigor) e de *Acordo de Cooperação Aduaneira* (ratificado pela África do Sul, aguardando aprovação pelo Senado brasileiro), além de memorando de entendimento interinstitucional entre o MDIC e seu homólogo sul-africano. Além disso, foi assinado, em 2009, o Acordo de Preferências Aduaneiras Mercosul-SACU. Está em estudo nos Bancos Centrais a criação de mecanismo de comércio em moeda local, e os setores privados dos dois países analisam a criação de um “Fórum de CEOs Brasil-África do Sul”.

68

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

TÍTULO	CELEBRAÇÃO	EM VIGOR
Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas	19/01/1972	19/01/1972
Acordo para Evitar a Dupla Tributação nos Lucros Decorrentes dos Transportes Marítimo e Aéreo	29/03/1972	29/03/1972
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira	29/08/1973	29/08/1973
Acordo sobre Isenção de Tributos nos Serviços de Telecomunicações	12/03/1974	12/03/1974
Acordo, por troca de Notas, para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum	26/11/1996	26/11/1996
Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos	26/11/1996	26/11/1996
Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura	26/11/1996	12/04/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos entre seus Territórios e Além	26/11/1996	27/08/2001
Memorando de entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	21/07/1998	21/07/1998
Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Política Fundiária	21/10/1998	21/10/1998
Acordo de Cooperação Técnica	01/03/2000	25/07/2003
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista	13/12/2000	13/12/2000
Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Saúde	13/12/2000	13/12/2000
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos Sobre a Renda	08/09/2003	13/07/2006
Acordo no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	08/11/2003	17/07/2008
Plano de ação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Esportiva 2009 – 2011	09/10/2009	09/10/2009
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área do Esporte	09/10/2009	09/10/2009
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Departamento de Comércio e Indústria da República da África do Sul para Promoção do Comércio e Investimento	09/10/2009	09/10/2009

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ÁFRICA DO SUL

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da África do Sul
Superfície	1.219.090 Km ²
Localização	Sul da África
Capital	Pretória
Principais cidades	Cidade do Cabo, Pretória, Johannesburg, Durban, Porto Elizabeth, Bloemfontein
Idiomas	Africâner, inglês, sepedi, entre outros
PIB a preços correntes (2009)	US\$ 287,7 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 5.859
Moeda	Rand

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report June 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009
População (em milhões de habitantes)	47,5	47,9	48,4	48,6	49,1
Densidade demográfica (hab/Km ²)	39,0	39,3	39,7	40,0	40,3
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	247,0	261,3	296,2	276,6	292,7
Crescimento real do PIB (%)	5,3	5,6	5,5	3,7	-1,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,0	5,0	10,7	9,1	6,3
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	20,6	25,6	32,9	34,1	39,7
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	31,1	35,5	43,6	41,9	40,2
Câmbio (R / US\$)	6,33	7,04	6,86	9,30	7,36

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report June 2010.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-5.741	-4.448	533
Exportações	75.920	86.118	66.542
Importações	81.661	90.566	66.009
B. Serviços (líquido)	-2.635	-4.171	-2.765
Receita	13.819	12.805	12.010
Despesa	16.454	16.976	14.765
C. Receita (líquido)	-9.843	-9.132	-6.389
Receita	6.882	5.944	3.988
Despesa	16.725	15.076	10.377
D. Transferências unilaterais (líquido)	-2.351	-2.333	-2.684
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-20.570	-20.064	-11.295
F. Conta de capitais (líquido)	28	25	26
G. Conta financeira (líquido)	20.710	11.755	15.081
Investimentos diretos (líquido)	2.755	11.765	3.819
Portfólio (líquido)	10.242	-14.309	11.455
Outros	7.713	14.293	-193
H. Erros e Omissões	5.571	10.528	359
I. Saldo (E+F+G+H)	5.739	2.224	4.171

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics - CO June 2010.

(1) Última posição disponível em 17/08/2010.

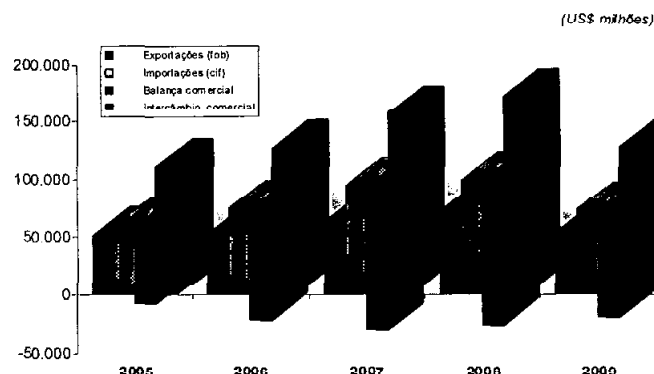
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
Exportações (fob)	51.567	52.443	63.491	73.005	54.408
Importações (cif)	59.653	74.781	94.132	99.561	73.781
Balança comercial	-8.086	-22.338	-30.641	-26.556	-19.373
Intercâmbio comercial	111.220	127.224	157.623	172.566	128.189

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CO June 2010.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) Última posição disponível em 17/08/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR DA ÁFRICA DO SUL 2005 - 2009



Elaborada pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD June 2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões, fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES						
China	4.167	6,6%	4.384	6,0%	5.627	10,3%
Estados Unidos	7.538	11,9%	8.083	11,1%	5.003	9,2%
Japão	7.025	11,1%	8.090	11,1%	4.127	7,8%
Alemanha	5.104	8,0%	5.843	8,0%	3.815	7,0%
Reino Unido	4.901	7,7%	4.936	6,8%	3.014	5,5%
Suíça	1.411	2,2%	1.572	2,2%	2.568	4,7%
Países Baixos	2.882	4,5%	3.775	5,2%	2.055	3,8%
Índia	1.351	2,1%	2.269	3,1%	2.052	3,8%
Zimbábue	1.196	1,9%	1.874	2,6%	1.636	3,0%
Moçambique	1.268	2,0%	1.587	2,2%	1.609	3,0%
Zâmbia	1.424	2,2%	1.930	2,7%	1.424	2,6%
Bélgica	1.745	2,7%	2.064	2,8%	1.293	2,4%
Itália	1.425	2,2%	1.665	2,3%	1.098	2,0%
Espanha	1.755	2,8%	1.882	2,6%	1.084	2,0%
Hong Kong	657	1,0%	633	0,9%	987	1,8%
República da Coreia	1.166	1,8%	1.548	2,1%	946	1,7%
Quênia	643	1,0%	701	1,0%	875	1,6%
França	1.307	2,1%	1.322	1,8%	749	1,4%
Austrália	1.277	2,0%	1.497	2,1%	738	1,4%
Nigéria	682	1,1%	941	1,3%	875	1,6%
Angola	773	1,2%	895	1,2%	673	1,2%
Emirados Árabes Unidos	711	1,1%	762	1,0%	615	1,1%
Israel	854	1,3%	849	1,2%	581	1,1%
Rep. Dem. do Congo	622	1,0%	1.121	1,5%	575	1,1%
Malásia	407	0,6%	942	0,9%	344	0,6%
Tanzânia	383	0,6%	504	0,7%	449	0,8%
Malauí	308	0,5%	454	0,6%	432	0,8%
Indonésia	223	0,4%	279	0,4%	397	0,7%
Brasil	520	0,8%	656	0,9%	365	0,7%
Canadá	778	1,2%	424	0,6%	352	0,6%
SUBTOTAL	54.302	85,8%	63.206	86,6%	48.356	85,2%
DEMAIS PAÍSES	8.989	14,2%	9.799	13,4%	8.052	14,8%
TOTAL GERAL	63.291	100,0%	73.005	100,0%	56.408	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD June 2010.

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Última posição disponível em 17/05/2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões, cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES						
China	9.444	10,0%	11.010	11,1%	12.684	17,2%
Alemanha	10.237	10,9%	11.173	11,2%	8.294	11,2%
Estados Unidos	6.771	7,2%	7.817	7,9%	5.442	7,4%
Arábia Saudita	3.986	4,2%	6.201	6,2%	3.592	4,9%
Japão	5.779	6,1%	5.472	5,5%	3.445	4,7%
Irã	3.252	3,5%	3.733	3,7%	2.916	4,0%
Reino Unido	4.231	4,5%	3.983	4,0%	2.813	3,8%
França	2.937	3,1%	2.791	2,8%	2.198	3,0%
Nigéria	1.960	2,1%	2.042	2,1%	2.122	2,9%
Índia	1.954	2,1%	2.533	2,5%	2.057	2,8%
Itália	2.440	2,6%	2.386	2,4%	1.782	2,4%
Angola	1.826	1,9%	3.090	3,1%	1.545	2,1%
Taiilândia	7.911	2,0%	1.955	2,0%	1.520	2,1%
Brasil	1.825	1,9%	1.846	1,9%	1.369	1,9%
Países Baixos	1.405	1,5%	1.355	1,4%	1.299	1,8%
República da Coreia	1.068	1,1%	1.616	1,6%	1.273	1,7%
Austrália	1.598	1,7%	1.804	1,8%	1.199	1,6%
Suécia	1.269	1,3%	1.807	1,8%	1.183	1,6%
Bélgica	1.085	1,2%	1.256	1,3%	1.023	1,4%
Malásia	1.172	1,2%	1.218	1,2%	966	1,3%

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 9 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES	(US\$ milhões)	
Pérolas, pedras preciosas ou semi-preciosas	8.448	15,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	6.048	11,2%
Minérios, escórias e cinzas	5.667	10,9%
Ferro fundido, ferro e aço	5.271	9,8%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	4.993	9,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4.009	7,4%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	1.619	3,0%
Alumínio e suas obras	1.540	2,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	1.259	2,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.016	1,9%
Produtos químicos inorgânicos	921	1,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	911	1,7%
Produtos químicos orgânicos	905	1,7%
Plásticos e suas obras	740	1,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	634	1,2%
Subtotal	44.201	82,1%
Demais Produtos	9.663	17,9%
Total Geral	53.864	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição anual disponível em 16/06/2010.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 9 ⁽¹⁾	Part % no total
IMPORTAÇÕES	(US\$ milhões)	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	13.663	21,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	9.854	15,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	6.845	10,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	4.575	7,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.831	2,9%
Produtos farmacêuticos	1.588	2,5%
Plásticos e suas obras	1.546	2,4%
Produtos químicos orgânicos	1.094	1,7%
Produtos diversos das indústrias químicas	1.013	1,6%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	831	1,3%
Borracha e suas obras	816	1,3%
Produtos químicos inorgânicos	782	1,2%
Cereais	755	1,2%
Ferro fundido, ferro e aço	735	1,2%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	575	0,9%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	566	0,9%
Subtotal	47.069	73,8%
Demais Produtos	16.697	26,2%
Total Geral	63.766	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição anual disponível em 16/06/2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁFRICA DO SUL ⁽¹⁾					
(US\$ mil, fob)					
	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	1.371.135	1.462.737	1.757.858	1.754.848	1.259.700
Varição em relação ao ano anterior	32,2%	6,7%	20,2%	-0,2%	-26,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	22,9%	19,6%	20,5%	17,3%	14,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,2%	1,1%	1,1%	0,9%	0,8%
Importações	341.547	434.861	522.301	774.152	433.213
Varição em relação ao ano anterior	27,4%	27,3%	20,1%	48,2%	-44,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	5,1%	5,4%	4,6%	4,8%	5,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%
Intercâmbio comercial	1.712.682	1.897.598	2.280.159	2.529.000	1.692.913
Varição em relação ao ano anterior	31,2%	10,8%	20,2%	10,9%	-33,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	13,6%	12,2%	11,4%	9,8%	9,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%
Balança comercial	1.029.588	1.027.876	1.235.557	980.696	826.487

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

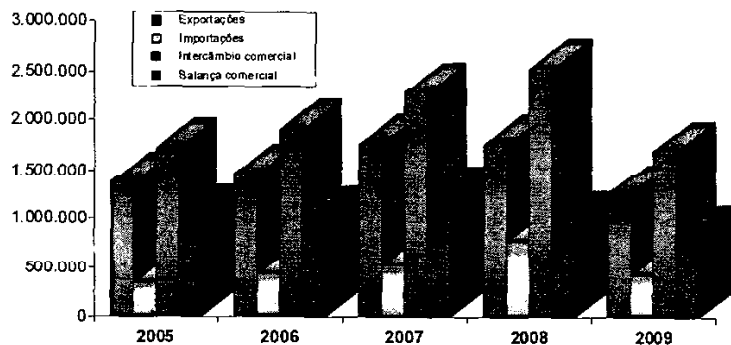
(1) As importações observadas nos dados estatísticos das importações brasileiras de produtos originários da África do Sul são aquelas que foram importadas por empresas brasileiras residentes no Brasil.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁFRICA DO SUL		
(US\$ mil, fob)		
	2009 (jan-mai)	2010 (jan-mai)
Exportações	536.337	520.535
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-20,0%	-2,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	15,9%	17,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,0%	0,7%
Importações	179.568	305.698
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-44,8%	70,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	7,1%	6,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,5%
Intercâmbio Comercial	714.905	826.233
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-28,1%	15,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	12,1%	10,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,6%
Balança Comercial	355.769	214.837

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA DO SUL 2005 - 2009

(US\$ mil, fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁFRICA DO SUL		2007	%	2008	%	2009	%
(US\$ mil, fob)			no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Veículos automotores, tratores, ciclos		539.482	30,7%	537.353	30,6%	356.650	28,3%
Chassis com motor para automóveis para transporte pessoas >=10		41.623	2,4%	61.463	3,5%	66.180	5,3%
Outros veículos automotores com motor a explosão, carga <=5T		102.679	5,8%	85.500	4,9%	55.877	4,4%
Carroçarias para veículos automotores para transporte de mais de 10 pessoas e carga		53.219	3,0%	71.460	4,1%	49.723	3,9%
Tratores rodoviários para semi-reboques		48.530	2,8%	68.032	3,9%	33.368	2,6%
Outras partes e acessórios de carroçarias p/veic automotores		58.687	3,3%	47.382	2,7%	31.341	2,5%
Carnes e miudezas, comestíveis		173.304	9,9%	143.742	8,2%	140.377	11,1%
Pedacos e miudezas comestíveis de galos/galinhas, congelados		144.542	8,2%	123.678	7,0%	118.857	9,4%
Carnes de perus/peras, em pedacos e miudezas, congeladas		14.267	0,8%	18.267	1,0%	13.216	1,0%
Carnes de galos/galinhas, n/cortadas, em pedacos, congeladas		12.970	0,7%	1.350	0,1%	8.017	0,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		178.943	10,2%	201.986	11,5%	133.072	10,5%
Tuborrestores de empuxo>25KN		3.718	0,2%	3.830	0,2%	16.237	1,3%
Motor-compressor hermético, capacidade <4700 frigorias/hora		16.829	1,0%	9.875	0,6%	17.408	1,4%
Outras máquinas e aparelhos para colheita		12.921	0,7%	21.323	1,2%	11.303	0,9%
Açúcares e produtos de confeitaria		181.423	10,3%	119.741	6,8%	127.467	10,1%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quim. pura, sol.		160.885	9,2%	98.074	5,8%	102.617	8,1%
Bombons, caramelos, confitos e pastilhas, sem cacau		15.009	0,9%	14.374	0,8%	13.032	1,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		103.357	5,9%	131.703	7,5%	69.779	5,5%
Transformador de dielétrico líquido, pot>1000kVA		26.037	1,5%	38.063	2,2%	17.053	1,4%
Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogêneos		11.651	0,7%	13.353	0,8%	8.222	0,7%
Motor elêtr. corr. altern.trif.750W		13.663	0,8%	15.342	0,9%	8.470	0,7%
Fumo (tabaco) e suas sucedâneas manufacturados		34.728	2,0%	28.302	1,6%	63.154	5,0%
Cereais		129	0,0%	5.547	0,3%	46.324	3,7%
Plásticos e suas obras		33.077	1,9%	35.307	2,0%	26.914	2,1%
Ferro fundido, ferro e aço		39.711	2,3%	15.070	0,9%	28.138	2,1%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais		85.917	4,9%	152.573	8,7%	24.139	1,9%
Produtos químicos orgânicos		17.068	1,0%	21.382	1,2%	19.116	1,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		18.554	1,1%	16.377	0,9%	16.425	1,3%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose		14.014	0,8%	13.194	0,8%	16.071	1,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		21.342	1,2%	24.180	1,4%	15.370	1,2%
Subtotal		1.441.049	82,0%	1.446.457	82,4%	1.080.996	85,9%
Demais Produtos		316.809	18,0%	308.391	17,6%	178.704	14,2%
TOTAL GERAL		1.757.858	100,0%	1.754.848	100,0%	1.259.700	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁFRICA DO SUL		2007	%	2008	%	2009	%
(US\$ mil, fob)			no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Ferro fundido, ferro ou aço		107.405	20,6%	192.870	24,9%	77.481	17,9%
Outras ligas de ferro manganês		36.877	7,1%	62.527	8,1%	22.740	5,2%
Lamin ferro/aço, L>=60dm, galvan outro proc E<4,75mm		15.717	3,0%	21.446	2,8%	22.622	5,2%
Ferro fundido		14.806	2,9%	20.630	2,8%	7.260	1,7%
Ferro manganês contendo, em peso>2% de carbono		3.420	0,7%	11.227	1,5%	5.724	1,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		47.263	9,0%	84.238	10,9%	72.394	16,7%
Outros motores de explosão, sup. 1000 cm3		20.245	3,9%	48.163	6,2%	41.504	9,6%
Coletores de admissão ou escape, para motores a explosão		1.196	0,2%	4.801	3,6%	3.402	1,9%
Blocos de cilindros, cabeçotes, etc para motores diesel/semidiesel		999	0,2%	106	0,0%	4.398	1,0%
Engrenagens e rodas de fricção, eixos de e sferas/roletes		25	0,0%	2.979	0,4%	3.024	0,7%
Produtos químicos orgânicos		72.897	14,0%	84.155	10,9%	54.355	12,5%
Outros hidrocarbonetos acíclicos, não saturados		20.973	4,0%	27.775	3,6%	19.377	4,5%
Tetrafluoro		26.729	5,1%	27.611	3,6%	11.162	2,6%
Acetona não contendo outras funções oxigenadas		9.427	1,8%	11.339	1,5%	6.012	1,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais		57.579	11,0%	107.093	13,8%	52.775	12,2%
Huila antracita, não aglomerada		47.975	3,2%	64.404	8,3%	42.978	9,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas		63.130	12,1%	86.194	11,1%	44.178	10,2%
Platina em formas brutas ou em pó		28.424	5,4%	18.888	2,4%	19.339	4,5%
Ródio em formas brutas ou em pó		21.448	4,1%	53.714	6,9%	14.224	3,3%
Paládio em formas brutas ou em pó		13.233	2,5%	13.417	1,7%	10.637	2,5%
Plásticos e suas obras		2.220	0,4%	23.574	3,0%	17.791	4,1%
Produtos diversos das indústrias químicas		13.969	2,7%	14.397	1,9%	18.998	4,3%
Máquinas, aparelhos e material elétricos		5.945	1,1%	6.639	0,9%	11.394	2,6%
Minérios, escórias e cinzas		29.990	5,7%	71.216	9,2%	9.786	2,3%
Zircônia		7.328	1,4%	11.504	1,5%	4.059	0,9%
Cromita		7.578	1,5%	8.558	1,1%	3.903	0,9%
Produtos químicos inorgânicos		4.237	0,8%	4.488	0,6%	9.761	2,3%
Alumínio e suas obras		26.730	5,1%	22.875	3,0%	8.217	2,1%
Adubos ou fertilizantes		383	0,1%	749	0,1%	8.764	2,0%
Borracha e suas obras		745	0,1%	684	0,1%	5.259	1,2%
Subtotal		491.143	76,8%	671.031	85,7%	382.405	83,7%
Demais Produtos		121.158	23,2%	103.121	13,3%	70.804	16,3%
TOTAL GERAL		612.301	100,0%	774.152	100,0%	453.209	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

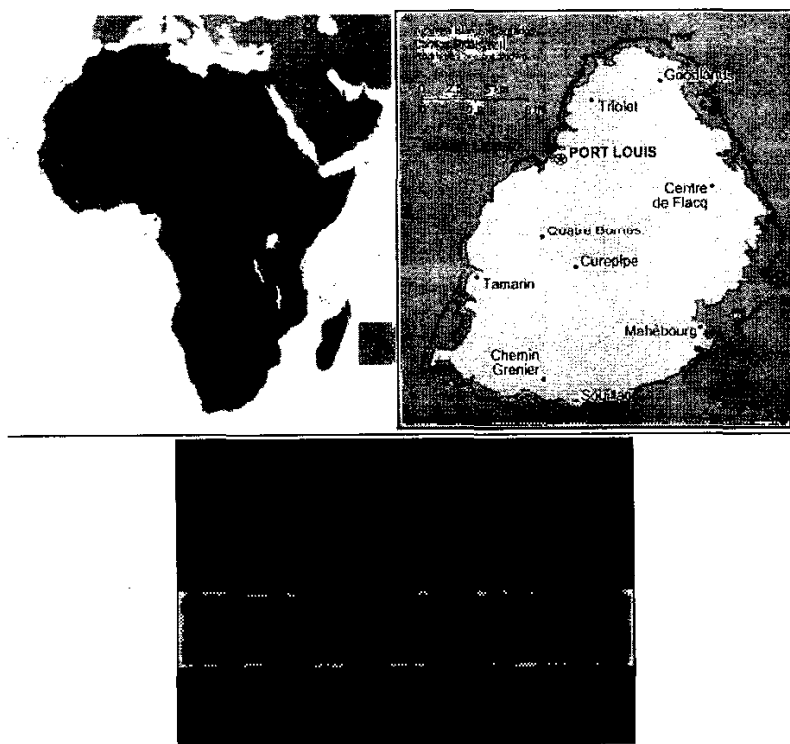
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁFRICA DO SUL		2009	%	2010
	(US\$ mil - fob)	(jan-mai)	do total	(jan-mai)
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios		157.403	29,4%	140.988
Carnes e miudezas comestíveis		55.524	10,4%	83.050
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		62.079	11,6%	51.343
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados		23.245	4,3%	29.898
Cereais		26.347	4,9%	28.647
Máquinas, aparelhos e material elétricos		39.423	7,4%	23.846
Minérios, escórias e cinzas		22	0,0%	15.493
Açúcares e produtos de confeitaria		44.008	8,2%	12.432
Peles, exceto a peleteria, e couros		3.831	0,7%	9.678
Produtos químicos orgânicos		6.329	1,2%	9.080
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais		19.359	3,6%	8.842
Plásticos e suas obras		10.871	2,0%	8.796
Papel e cartão, obras de pasta de celulose		6.414	1,2%	8.582
Ferro fundido, ferro e aço		2.351	0,4%	7.717
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		6.020	1,1%	6.987
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		6.666	1,2%	6.984
Alumínio e suas obras		194	0,0%	6.857
Subtotal		470.086	87,8%	459.222
Demais Produtos		65.251	12,2%	61.313
TOTAL GERAL		535.337	100,0%	520.535
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Ferro fundido, ferro e aço		44.388	24,7%	69.526
Combustíveis, óleos e ceras minerais		21.951	12,2%	46.777
Produtos químicos orgânicos		17.150	9,6%	34.107
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas		13.930	7,8%	31.585
Alumínio e suas obras		4.130	2,3%	24.853
Produtos químicos inorgânicos		2.164	1,2%	11.921
Produtos diversos da indústria química		7.330	4,1%	10.089
Plásticos e suas obras		7.599	4,2%	9.815
Minérios, escórias e cinzas		5.164	2,9%	6.929
Borracha e suas obras		1.318	0,7%	4.041
Máquinas, aparelhos e material elétricos		2.590	1,4%	376
Adubos ou fertilizantes		3.498	1,9%	244
Subtotal		131.220	73,1%	250.263
Demais Produtos		48.348	26,9%	55.435
TOTAL GERAL		179.568	100,0%	305.698

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mai/2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação sobre a República de Maurício

SUMÁRIO EXECUTIVO



OSTENSIVO

ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS.....	3
2. PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
PRESIDENTE.....	4
PRIMEIRO-MINISTRO.....	4
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS.....	5
3. RELAÇÕES BILATERAIS.....	6
COOPERAÇÃO EM FOROS MULTILATERAIS.....	7
COMÉRCIO BILATERAL.....	8
4. POLÍTICA INTERNA.....	9
5. POLÍTICA EXTERNA.....	11
6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	14
INDÚSTRIA.....	16
AGRICULTURA.....	17
COMÉRCIO EXTERIOR.....	17
INVESTIMENTOS.....	18
INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	20
7. ANEXOS.....	21
INDICADORES ECONÓMICOS E COMERCIAIS.....	21

1. DADOS BÁSICOS	
NOME	República de Maurício
CAPITAL	Port Louis
ÁREA	2.040 km ²
POPULAÇÃO	1,284 milhão de habitantes (est. 2009)
IDIOMA	A língua oficial é o inglês, sendo o francês e o creole bastante difundidos
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduísta (52%), católica romana (23%), muçulmana (17%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Anerood Jugnauth
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Navinchandra Ramgoolam
MINISTRO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Sr. Arvin Boolell
PIB (2009, FMI)	US\$ 9,156 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2009, FMI)	US\$ 7.146
PIB PPP (2009, FMI)	US\$ 15,831 bilhões
PIB <i>per capita</i> PPP (2009, FMI)	US\$ 12.329
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia de Maurício

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MIL FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL MAURÍCIO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até ago)
INTERCÂMBIO	7.951,48	7.616,05	16.240,58	8.630,50	9.387,66	9.929,91	11.917,67	15.065,61	7.153,85
EXPORTAÇÕES	4.631,18	3.846,32	14.614,21	8.147,26	6.363,03	8.350,05	11.041,50	14.329,03	6.894,43
IMPORTAÇÕES	3.320,30	3.769,72	1.626,36	483,23	3.024,63	1.579,86	876,17	736,57	259,41
SALDO	1.310,88	76,59	12.987,84	7.664,02	3.338,39	6.770,18	10.165,32	13.592,46	6.635,02

2. PEREIS BIOGRÁFICOS

Presidente Anerood Jugnauth

Nascido em 29 de março de 1930. Jurista, teve papel relevante nas negociações para a independência de Maurício, nos anos 1960.

Foi Ministro do Desenvolvimento em 1965-66 e do trabalho entre 1966 e 1967. Foi líder da oposição entre 1976 e 1982. Em 1983, fundou o Movimento Socialista Militante (MSM).

Foi eleito Primeiro-Ministro em 1982, em 1983 e em 1991, mandato que exerceu até 1995. Foi período caracterizado por grave tensão social no país, mas também por realizações positivas no quadro macroeconômico.

Eleito Presidente em 2003, passou a liderança de seu partido, o MSM, para o filho, Pravind Jugnauth.

Primeiro-Ministro Navinchandra Ramgoolam

Nascido em 14 de julho de 1947, o atual Primeiro-Ministro é filho do primeiro Primeiro-Ministro mauriciano do período pós-independência - Seewoosagar Ramgoolam, o "pai da nação". Formado em Medicina em Dublin, Irlanda, trabalhou como médico em Londres e, posteriormente, obteve Mestrado em Direito pela London School of Economics.

Sua primeira experiência como Primeiro-Ministro deu-se entre os anos de 1995 e 2000, período marcado por forte tensão social e racial. Entre 2000 e 2005, Navin Ramgoolam foi o líder da oposição. Em 2005, a coalizão de partidos liderada por ele ganhou as eleições, baseada em promessas consideradas populistas por alguns analistas.

Ministro dos Negócios Estrangeiros Arvin Boollel

Nascido em 26 de maio de 1953, o Ministro dos Negócios Estrangeiros formou-se em Medicina na Irlanda, tendo praticado a profissão no País de Gales e na Nova Zelândia.

Elegeu-se para a Assembleia Nacional de Maurício pela primeira vez em 1987. Em 1995, foi indicado para o cargo de Ministro da Agricultura e dos Recursos Naturais, ficando até 2000, quando seu partido, o mesmo de Ramgoolam, perdeu maioria no Parlamento e se tornou oposição.

Em 2005, foi nomeado para o Ministério da Agro-Indústria e da Pesca, tornando-se Ministro dos Negócios Estrangeiros em setembro de 2008.

3. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a República de Maurício melhoraram nos últimos anos e desenvolvem-se de acordo com o grau de importância da ilha para a política externa brasileira na África. Em setembro de 2006, quando o ex-Chanceler Madan Murlidhar Dulloo veio ao Rio de Janeiro para participar da reunião de alto nível do G-20, o Ministro de Estado lhe ofereceu um almoço e manteve encontro bilateral de trabalho.

Dois dos principais temas de diálogo entre os dois países são o setor açucareiro e a produção de etanol. Maurício foi afetado pelo litígio brasileiro contra a União Europeia na OMC, quando o subsídio europeu à produção açucareira de suas antigas colônias foi proibido pelo órgão. O Brasil busca com Maurício alternativas para o setor, que se reformula agora para abastecer África e Europa de etanol, havendo até mesmo investimentos mauricianos em Madagascar e Moçambique, pelo que o Brasil poderia cooperar com técnicas e maquinário.

Em setembro de 2007, às margens da 62ª AGNU, o ex-Chanceler Dulloo manifestou interesse que o Brasil abrisse uma Embaixada no arquipélago.

À margem da Conferência Consultiva Internacional da SADC sobre Pobreza e Desenvolvimento, que teve lugar em abril de 2008, o Ministro da Agroindústria de Maurício, Arvind Boolell, externou ao Sr. SGAP-II o interesse em iniciativas bilaterais com vista à produção de etanol no arquipélago. Boolell observou que Maurício importa 67% dos alimentos consumidos por sua população, importações que são financiadas primariamente com a receita do açúcar, circunstância que, em curto prazo, inibe uma decisão a favor do aproveitamento dos canaviais mauricianos para a produção de etanol. SGAP-II sugeriu que é possível encontrar um ponto de equilíbrio entre os dois produtos, atentando-se à oscilação de preços de ambos. Mencionou, ainda, a possibilidade de utilização do etanol para fins não energéticos (por exemplo, produção de plástico). Na ocasião, o Ministro mauriciano manifestou, ainda, o desejo de visitar centros produtores no Brasil e discutir com autoridades brasileiras os termos de uma cooperação bilateral.

Em junho de 2008, o Embaixador do Brasil em Pretória, José Vicente de Sá Pimentel, apresentou credenciais ao Presidente Anerood Jugnauth, que expressou alta consideração pelo atual governo brasileiro. Em audiência posterior com o Primeiro-Ministro Ramgoolam, o Embaixador do Brasil foi informado do interesse do governo mauriciano de cooperação nos setores de pesca e algodão, matéria-prima que o país importa, o que tem piorado a situação do seu já enfraquecido setor têxtil. Representantes de Maurício, em encontros com delegações brasileiras durante foros e conferências internacionais, também demonstraram desejo de aprofundar a cooperação em outras áreas.

No campo da segurança alimentar, vê-se o Brasil como detentor de vasta expertise, pelo que haveria interesse na assistência técnica para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas na área da pecuária, intercâmbio de tecnologia de

alimentos, em especial para cebola, alho, trigo e milho, e fornecimento de sementes brasileiras. No campo da pesca, setor que vem crescendo como alternativa ao declínio do açúcar e do algodão, poderia haver cooperação nas áreas de pesquisa, treinamento e intercâmbio de informação e tecnologia, de processamento, de pesca subaquática, de aquicultura (sobretudo de camarões) e de inspeções e controle de qualidade.

Maurício é membro observador da CPLP desde julho de 2006. O país empenha-se por aumentar sua cooperação dentro da Comunidade não só com o Brasil, mas também com Moçambique e Angola. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se dá o único projeto de cooperação em curso entre os dois países. A abertura de um Leitorado da Língua Portuguesa em Maurício está sendo discutida com a Agência Brasileira de Cooperação. Uma proposta já foi enviada ao governo, que sinalizou seu interesse. Será incluída vaga de leitor brasileiro para a Universidade de Maurício no edital de seleção de 2010, com início das atividades previsto para setembro deste ano.

No campo cultural, Maurício comemorará 200 anos do fim da colonização francesa no país em 2010. Vários eventos estão sendo planejados, e já houve convite para que o Brasil participe e coopere com as celebrações.

Maurício vem adotando postura vocal em favor do sistema e TV digital europeu. Maurício é o único país na África Austral que já completou a transição para o sistema digital, tendo-o feito por meio da cooperação recebida de países europeus, com base no padrão DVB-T.

Cooperação em foros multilaterais

Brasil e Maurício têm uma profícua relação em foros multilaterais. Na OMC, Maurício busca o apoio brasileiro para a causa dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, grupo de que faz parte. Maurício também exerce papel de relevo em temas de Direitos Humanos. Signatário de sete das oito convenções das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, a ilha foi membro do Conselho de Direitos Humanos no período 2006-2009. Ao apresentar sua candidatura para o mandato 2009-2012, que atualmente cumpre, solicitou o voto do Brasil, tendo oferecido apoio à candidatura brasileira para o mandato 2012-2015.

Maurício é a favor de uma rápida e abrangente reforma do Conselho de Segurança da ONU, para fazer face às crises globais e à realidade geopolítica atual. Signatário do Consenso de Ezulwini, o país defende a ampliação nas duas categorias, permanentes e não-permanentes, e que os novos assentos sejam distribuídos para as regiões geográficas sub-representadas.

Em consonância com a posição brasileira, o Primeiro-Ministro Ravichandra Rangoolam, durante a 64ª Assembleia Geral da ONU, pediu a reforma das instituições de Bretton Woods, no sentido de sua democratização. Na mesma

ocasião, manifestou, também, satisfação com o início das negociações intergovernamentais para a reforma do CS. Propôs expansão em ambas as categorias, com assentos permanentes para a Índia e país do GRULAC.

Cabe, também, ressaltar o apoio do país à candidatura do Embaixador Gilberto Velloso à Comissão do Serviço Público Internacional, mandato 2010-2012, nas eleições de 6 de novembro de 2009. Além disso, em junho de 2010, a Delegação mauriciana na UNESCO aceitou a troca de apoio entre a candidatura brasileira ao Conselho Executivo (2011-2015) e a candidatura de Maurício ao Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2011-2015).

Em 2010, Maurício solicitou apoio brasileiro à sua candidatura a membro do Conselho da União Internacional das Telecomunicações e ao Subcomitê das Nações Unidas para Prevenção de Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral cresceu mais de 7,5 vezes na última década, passando de US\$ 2 milhões, no ano 2000, para cerca de US\$ 15 milhões em 2009, quando o Brasil exportou mais de R\$ 14 milhões. Historicamente, o saldo da balança comercial tem sido sensivelmente favorável ao Brasil, ainda que o superávit varie de modo drástico, não havendo, portanto, uma troca estável de produtos. Houve, durante a década, variações substanciais ano a ano tanto no valor das exportações quanto no das importações.

A pauta do comércio bilateral tem variado em larga medida ultimamente, sendo que as maiores alterações são observadas mais no volume do que na variedade dos produtos. Produtos alimentícios, tais como carne bovina, óleos vegetais e laticínios, e máquinas e manufaturados, como máquinas para colheita, condutores elétricos e calçados de borracha, dominam a lista de exportação, porém seus valores estão sujeitos a fortes oscilações ao longo dos anos. As importações mauricianas para o Brasil também são erráticas e muitos dos itens mais vendidos em 2008 tampouco constavam da balança comercial de 2007. De constante, apenas malharias e camisetas, que são, com efeito, o maior produto de exportação da ilha para todo o mundo.

4. POLÍTICA INTERNA

Maurício ganhou independência da Grã-Bretanha em 1968, entrando imediatamente na Commonwealth. O país se tornou uma república em 1992. Seu sistema de Governo é a democracia parlamentar, onde o presidente é eleito indiretamente pela Assembléia Nacional e o Primeiro-Ministro é escolhido pelo partido majoritário.

As três principais forças políticas de Maurício são o *Mauritian Militant Movement*- MMM, o *Mouvement socialiste militant*- MSM e o *Labour Party* – PTR. O PTR é o mais antigo dos partidos, fundado em 1936 por Seewoosagur Ramgoolam, pai do atual primeiro-ministro, para reivindicação de direitos civis, posteriormente liderando o movimento de independência na década de 1950 e governando o país durante a maior parte da Commonwealth. O partido comporta distintas visões políticas internamente, embora desde 2006 as visões liberais tenham se fortalecido.

O MMM foi criado em 1970 por Paul Béranger, um franco-mauriciano, tornando-se rapidamente um dos maiores partidos do país. Entretanto, o partido não é grande o suficiente para alcançar sozinho a maioria da Assembléia. Devido a isso, o MMM tem o costume de governar mediante alianças. Durante o período 2000-2005, quando esteve no poder, formou aliança com o MSM.

Proveniente de uma divisão no MMM, o MSM foi criado em 1983 por Anerood Jugnauth, o atual presidente, após divergências com Paul Béranger. Nos 22 anos seguintes, esteve no poder por 17 deles. Em 2003, eleito presidente, Anerood passou a liderança do partido para seu filho, Pravind Jugnauth.

Na política mauriciano, raramente os partidos se lançam sozinhos em campanhas. Os três maiores partidos já se aliaram de diferentes formas, com ou sem a participação de partidos menores. A aliança MMM-MSM governou de 2000 a 2005. Devido a conflitos internos, a deterioração da economia (queda na exportação de açúcar e têxteis) e acusações de corrupção, a coligação perdeu popularidade e não logrou se manter no poder.

O PTR, juntamente com partidos menores, formou a Aliança Social, que conseguiu a maioria nas eleições de 2005 e governa desde então. Sua plataforma de eleição, de viés populista, baseou-se na crítica ao governo por não ter conseguido manter os preços do açúcar e por ter aumentado a dívida pública. A partir de 2006, o governo mauriciano encetou uma série de reformas liberalizantes para facilitar a entrada de investimentos e a implantação de empresas estrangeiras no país como forma de diminuir o peso das exportações primárias na economia. Em 2009, a um ano das próximas eleições e devido à crise financeira mundial, o Governo começou a dar mais ênfase a políticas de bem-estar social. Quanto às eleições de 2010, os partidos já estão se concertando. O PTR já sinalizou que não formará uma aliança com o MMM, porém as ambições políticas de Pravind

Jugnauth, líder do MSM, têm impedido a aproximação de seu partido com os demais.

A democracia mauriciana é classificada como uma das trinta mais completas democracias do mundo (*The Economist Intelligence Unit's 2008 democracy index*), a única assim classificada em todo o continente africano. A República de Maurício costuma figurar em primeiro ou segundo lugar (atrás de Seychelles) entre os países africanos nas classificações de índices de desenvolvimento humano. No Relatório 2009, elaborado pelo PNUD com base em dados estatísticos de 2007, o IDH de Maurício ficou com a 81ª colocação, posicionando-o como país de desenvolvimento humano alto, embora já próximo dos países de IDH médio (categoria que se inicia na posição 84). Na classificação da prestigiosa Fundação Mo Ibrahim, que contempla o quesito participação e direitos humanos, inclusive transparência em eleições e respeito por direitos civis e políticos, o país aparece em primeiro lugar.

O país ocupa, ainda, o 1º lugar em “competitividade e liberdade econômica” no continente africano (medido pela The Heritage Foundation, em 2009) e o 18º lugar entre 179 países. É louvável também a alta taxa de alfabetização do país – uma das maiores entre os países em desenvolvimento – e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

Desde 2001, Maurício conta com uma Comissão Nacional de Direitos Humanos. Trata-se de órgão independente, responsável por averiguar denúncias de violações de direitos humanos no país. O último relatório disponível da Comissão (2007) contém recomendações restritas a questões pontuais, como a promoção de maior eficiência em matéria de policiamento e racionalidade no sistema carcerário. Em linhas gerais, apresenta um quadro de estabilidade e respeito pelos direitos humanos no país, que é signatário de 7 das 8 convenções da ONU sobre direitos humanos (a exceção é a Convenção sobre Direitos dos Trabalhadores Migrantes).

5. POLÍTICA EXTERNA

Os laços mauricianos com as antigas colônias, Inglaterra e França, e, conseqüentemente, com a União Européia foram estreitos durante toda a história do país, tal como se deu com a quase totalidade dos países africanos na época da descolonização. Entre os acordos preferenciais que Maurício mantinha com o bloco regional, um dos mais importantes era o Acordo de Cotonou, que garantia um preço mínimo para o açúcar importado pela UE, elemento fundamental da balança comercial e da economia da ilha. Todavia, apesar do lobby mauriciano, o acordo expirou em 2008 diante da recusa veemente da União Européia de renová-lo ou renegociá-lo, o que cortou o preço recebido pelos produtores em 36%.

Embora a tendência futura seja buscar o fortalecimento de relações alternativas na política externa, notadamente com a África e com a Ásia, em detrimento dos antigos laços europeus, é improvável que o contato com o Ocidente arrefeça. Justamente devido à expiração do Acordo de Cotonou, os últimos governos de Maurício adotaram políticas com claras inclinações pró-Ocidente, almejando ampliar o escopo de mercados consumidores de seus produtos e incentivando a entrada de Investimento Direto Estrangeiro como forma de contornar a crise.

Também a fim de compensar o término do acordo, Inglaterra, França e União Européia comprometeram-se a assistir Maurício durante as reformas que o país está levando a cabo para reestruturar o setor açucareiro e para desenvolver outras áreas da economia. O bloco anunciou assistência financeira da ordem de US\$ 420 milhões a ser repassada no período que vai de 2007 a 2014. Ademais, a UE negocia junto à COMESA, a qual Maurício faz parte, um amplo Acordo de Parceria Econômica para complementar o que já existe, assinado em 2007, mas que contempla somente bens.

No campo multilateral, Maurício é membro da União Africana (UA), da Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). O país também é membro da ACP – grupo dos países da África, Caribe e Pacífico com menor desenvolvimento relativo – e vêm assumindo posições de destaque, tendo se pronunciado em nome do grupo em várias ocasiões nos últimos anos. As relações com os países africanos, sobretudo os do cone sul, são estreitas e sem atritos. Na União Africana, o país atua de forma ativa e apoia iniciativas de paz na região, em especial o estabelecimento de força de paz no âmbito da União. A esse respeito, ressalta-se que Maurício não tem exército e conta apenas com uma tropa de caráter policial, criada na época da independência e cuja maior atividade é lidar com desastres naturais, como ciclones e inundações.

Quanto às relações bilaterais com os países africanos, Maurício vem reforçando seus laços com a África do Sul desde que eles foram iniciados em 1992. Atualmente, a RAF é a origem de 11% das importações mauricianas. Outro país de importância crescente é o Senegal. Devido às suas relações especiais com a França, com quem partilha uma zona de livre comércio, o país tem atraído várias empresas de Maurício que buscam inserção mais competitiva no mercado europeu. Por fim, em relação ao Zimbábue, país que abriga considerável comunidade mauriciiana e que confiscou propriedades de seus emigrantes, o atual governo mantém posição neutra. Segundo o Primeiro-Ministro, os membros da União Africana se dividem entre o respeito pelo passado de luta de Mugabe e seus excessos no Governo zimbabuense. De qualquer modo, por mais que seja difundida entre os membros africanos a opinião que Mugabe esteja em descrédito, as interferências internacionais, principalmente da Inglaterra, não têm ajudado na questão.

Na Ásia, um acordo de preferências comerciais entrou em vigor com o Paquistão em novembro de 2007. Especificamente com Índia e China, com as quais Maurício já possuía laços culturais e demográficos, importantes relações econômicas e financeiras estão sendo desenvolvidas. Maurício virou um ponto canalizador de investimentos internacionais para a Índia. Das 20 mil empresas offshore registradas em Maurício, 6,5 mil investem diretamente naquele país. Cerca da metade do Investimento Direto Estrangeiro recebido pelos indianos passa por instituições mauricianas. Os dois países assinaram, inclusive, um acordo para evitar a taxaçoão dupla dos investidores internacionais, e um amplo acordo de parceria e cooperação econômica está sendo negociado.

Já a China escolheu Maurício para ser uma de suas cinco bases para atividade comercial na África. A chamada Zona Tianli de Cooperação Econômica e Comercial de Maurício será implantada ao norte da capital, Port-Louis. Uma companhia industrial estatal chinesa, o Grupo Empresarial Shanxi Tianli, que já possui negócios em Maurício, deterá 51% de participação no projeto e será responsável por sua implantação, a qual prevê um investimento de mais de US\$ 600 milhões ao longo de cinco anos, o maior investimento direto estrangeiro já feito na ilha.

Espera-se que mais de 40 empresas chinesas operem na zona, gerando exportações do montante de US\$ 200 milhões ao ano. Além de unidades industriais, serão construídos hotéis, um centro de conferências e a sede regional do Grupo Shanxi e do Fundo de Desenvolvimento China-África, bem como acomodações para os dezessete mil chineses que devem trabalhar na zona. Além de gozar de infra-estrutura prévia, uma considerável população chinesa já se encontra instalada e integrada a Maurício, o que torna o país ainda mais atraente devido a menor probabilidade de atritos étnicos entre imigrantes e nativos. A atividade na zona começou em 2008 e as primeiras obras estão em curso.

Por fim, Maurício disputa, há várias décadas, posses territoriais com a Inglaterra, a saber, o arquipélago de Chagos, que o Reino Unido considera parte do Território Britânico do Oceano Índico (TBOI).

O TBOI destaca-se por seus abundantes recursos e flora marinha e, sobretudo, por sua posição estratégica no meio do Oceano Índico, onde o Reino Unido e os Estados Unidos mantêm bases militares.

Maurício reivindica, ainda, soberania sobre a Ilha Tromelin, que a França considera parte do arquipélago das Ilhas Esparsas – um dos cinco distritos das Terras Austrais e Antárticas Francesas – e onde mantém uma estação meteorológica e uma pista de pouso. Tromelin não possui fontes de água potável nem terra arável (sua extensão é de cerca de 1 km²), mas seu mar territorial e sua zona econômica exclusiva possuem potencial pesqueiro.

Em relação à ordem ambiental internacional, o representante de Maurício no Debate Geral da 64^a AGNU afirmou que, em Copenhague, é imprescindível acordar redução das emissões de carbono que restrinja o aumento da temperatura global a não mais que 1,5° C, respeitando-se o princípio das responsabilidades diferenciadas. Lembrou a especial vulnerabilidade econômica e ambiental dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e apelou à comunidade internacional que apoie seus esforços de integração na economia global.

6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As ilhas Maurício são consideradas um dos países mais abertos do mundo. Possuem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB de US\$ 15,3 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita de cerca de US\$ 12.079,00. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de 7,2%. A inflação do país também tem sido mantida sob controle, sendo estimada em 3,4% (2009). Ao lado da Líbia e Seicheles, as Ilhas Maurício integram o seletivo grupo de três países africanos que possuem um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Maurício é um dos países mais densamente povoados do mundo e tem uma população relativamente jovem: quase 60% da população tem entre 20 e 60 anos. Há uma alta taxa de alfabetização, cerca de 95% das pessoas abaixo dos 30 anos e as Nações Unidas classificam o país como sendo de alto de alto desenvolvimento humano, distinção conferida apenas a Seicheles na África Subsaariana. A força de trabalho da ilha é, por conseguinte, bastante jovem e vem crescendo sensivelmente ao longo dos anos. Dentro da comunidade mauriciana convivem diversas culturas, religiões e etnias. Com raízes na Ásia, 52% da população é indo-mauriciana de religião hindu e 17% é indo-mauriciana de religião islâmica. Os dois grupos ocupam, basicamente, as áreas rurais. Nas áreas urbanas, os Creoles, provindos de uma mistura de africanos e europeus, representam 28% da população. Uma pequena elite franco-mauriciana detém a maior parte das empresas do país, e uma crescente comunidade sino mauriciana domina o ramo do varejo.

A rede de infra-estrutura de Maurício é relativamente boa em comparação com o resto do continente. Note-se que o Banco Mundial colocou a ilha na 46ª posição numa lista de 131 países em qualidade de infra-estrutura. As recentes áreas de atenção do governo nesse tema são rodovias, geração de energia, expansão de estruturas ligadas ao turismo e desenvolvimento do setor de comunicação e informação. Esses objetivos ilustram a maior importância do setor de serviços, notadamente o turismo, frente ao declínio da agricultura e da indústria (largamente ligada à agricultura) na economia mauriciana, desde que os acordos de preferências comerciais para açúcar e têxteis, que garantiam a entrada desses produtos nos mercados desenvolvidos, começaram a ser derrubados pela OMC a partir de 2005. Em 2007, manufaturas e serviços já responderam por 92% do PIB.

Atualmente, o governo de Maurício procura dotar sua economia de competitividade, ao diminuir a burocracia e os impostos de seu sistema para empresas privadas, e reforçar o mercado interno, tornando-se menos vulnerável às flutuações do comércio internacional. O Banco Mundial aponta a ilha como o melhor país na África para se fazer negócios, colocando-a mesmo acima da França, da Coreia do Sul e do Chile. O peso do consumo privado no PIB já é mais de 70%, os gastos do governo têm se mantido estáveis, a taxa de investimento se situa em torno de notáveis 25% e a importação cresceu, traduzindo o aumento do poder aquisitivo e, conseqüentemente, da demanda. Esta estrutura do PIB reflete a maior

maturidade da economia mauriciana e um quadro de estabilidade que deve atrair investidores.

Majoritariamente, o que os últimos governos têm tentando operar, é uma mudança da fonte de renda do país, a qual, durante várias décadas, baseou-se no cultivo da cana, produzindo e exportando açúcar para suas antigas metrópoles. Atualmente, o cultivo da cana ainda ocupa 90% das terras cultiváveis, mas sua participação no PIB é de apenas 2%. A venda preferencial de gêneros agrícolas para países europeus, que representava uma fundamental fonte de renda para vários países africanos, começou a ser impossibilitada em 2005, quando a OMC passou a exigir o fim de tais acordos. O país vem tentando reduzir a dependência das indústrias tradicionais (têxtil e açúcar), investindo maciçamente desde 2006 nos setores bancário, construção civil, ciências da informação, outsourcing, pesca (especialmente frutos-do-mar) e turismo medicinal. A dependência das importações para garantir sua segurança alimentar e a escassez de recursos naturais, além da vulnerabilidade das ilhas às mudanças climáticas, parecem constituir as principais fragilidades estruturais do país. Setores intensivos em mão-de-obra, como a indústria têxtil e do açúcar, dependem da proteção estatal e do acesso preferencial aos SGPs da União Europeia e dos Estados Unidos, sobretudo do AGOA norte-americano.

De um lado, Maurício pretende reformar o setor açucareiro, alterando sua orientação. A produção deixará de ser feita em grandes propriedades e privilegiará a produção em pequenas escala, de modo que a perda de postos de trabalho seja a menor possível. Além do açúcar, Maurício investirá na produção de etanol para o mercado europeu e de eletricidade, a partir do bagaço da cana, para atender as próprias necessidades. De outro lado, o Governo adicionará aos dois pilares históricos de sua economia (açúcar e têxteis) mais três pilares: turismo, serviços financeiros e a indústria de alimentos, especialmente a pesca.

O setor de turismo recebeu quase a totalidade dos investimentos diretos do estrangeiro que chegaram a Maurício nos últimos anos. Novos hotéis estão sendo construídos e o aeroporto está sendo ampliado para receber o dobro de pessoas. O governo também reformou o setor financeiro para tornar Maurício um “hub” para investimentos na África e no Oceano Índico. O setor financeiro, em 2007, foi responsável por 10% do PIB. O setor de serviços também foi ampliado pelos esforços de dotar a ilha de um centro de Tecnologia de Comunicação e Informação (ICT). Já há mais de cem empresas operando no ramo, principalmente em serviços de outsourcing e de call centers. O setor pesqueiro está começando a ser desenvolvido. Maurício possui uma zona econômica exclusiva mil vezes maior que seu território e com enorme potencial. Além de diminuir a necessidade de importação de alimentos, o setor deve desenvolver a indústria de beneficiamento e aumentar as exportações.

Foram esses setores que garantiram um crescimento médio do PIB de 5% nos últimos cinco anos. Entretanto, eles foram afetados pelos efeitos indiretos da crise financeira mundial, quando o comércio e o crédito internacionais foram

reduzidos drasticamente. O orçamento público também será afetado na medida em que a receita com impostos cairá, o que comprometerá o empenho do atual governo de reduzir o déficit fiscal. Políticas fiscais austeras estão sendo implementadas desde 2005, logrando diminuir o déficit público de 5,3% para 3,8% do PIB em 2008. Essa cifra será alterada uma vez que o governo anunciou um pacote de estímulo a economia de US\$ 330 milhões. Tendo em vista que os gastos do governo também aumentarão em 2010 por seu um ano eleitoral, prevê-se que o déficit fiscal retornará ao patamar de 5% do PIB.

A taxa de desemprego em Maurício oscila, no presente, em torno de 10%, depois de um aumento brusco em 2005, quando a indústria do açúcar sofreu seu maior revés. A queda no preço dos alimentos e a interrupção no fluxo de turistas deverá elevá-la. A inflação também dobrou de 2005 para 2008 e situa-se no patamar dos 9%. Ainda assim, o Banco Central de Maurício cortou os juros em 2008 para amenizar os impactos da crise. Com a queda do preço dos combustíveis e dos alimentos, calcula-se que a inflação de 2009 cairá pela metade, o que permitirá que o governo injete seu pacote de estímulo sem maiores consequências nesse campo. Por fim, segundo a estimativa de analistas, o crescimento do PIB em 2009 será de 2,3%, metade do anunciado anteriormente pelo governo.

No Debate Geral da 64^a Assembleia Geral da ONU, o Primeiro-Ministro da República de Maurício, Navinchandra Ramgoolam, relatou que a economia de seu país foi prejudicada pela crise financeira mundial, principalmente nos setores manufatureiro e turístico, mas que, mesmo assim, registraria crescimento de 2,7% em 2009, comparado com 5,3% em 2008. Atribuiu o crescimento a reformas econômicas e à rápida reação à crise levadas a cabo por seu Governo.

Para fazer frente à crise econômica internacional, o Governo mauriciano lançou, em dezembro de 2009, a política "Shaping the Recovery, Consolidating Social Progress, Sustaining Green Mauritius", no marco da estratégia plurianual intitulada "Maurice Île Durable". O país aplicou medidas econômicas anticíclicas, adiando em um ano a transformação das Ilhas em área "duty free" (inicialmente prevista para 2010), com o objetivo de proteger os setores mais vulneráveis (têxtil e açúcar) e preservar empregos. Como resultado, o consumo doméstico subiu de 74,3% em 2008 para 75,2 do PIB, em 2009. O governo estima que o pacote anticíclico respondeu por um incremento de 2% do PIB em 2009, que fechou o ano com um crescimento de 2,1%, frente a 5,3%, em 2008, e um pico de crescimento de 15,2%, em 2007.

Indústria

O setor industrial responde por 19,4% do PIB (sobretudo têxteis, relógios, jóias, ótica, brinquedos e jogos). O setor de serviços, que será detalhado a seguir, responde por 12% do PIB. O turismo representa 8,7% do PIB, com turistas provenientes, sobretudo da França (incluindo a vizinha Ilha da Reunião), África do

Sul e demais países europeus. As áreas de tecnologia da informação e outsourcing já são responsáveis por 5,8% do PIB.

Agricultura

A agricultura responde por 4,5% do PIB. A cana-de-açúcar é cultivada em 90% das terras aráveis do país e representa 25% das receitas de exportação. O setor foi revitalizado nos últimos anos, expandindo, respectivamente, 22% em 2008, e 18,2% em 2009. O país conta com um Fundo para Segurança Alimentar que proporciona um seguro agrícola aos seus agricultores familiares, por meio do "Food Crop Insurance Scheme". Há ainda compras governamentais que oferecem garantia de preço mínimo para a batata, a cebola e produtos pecuários. Há um sistema de crédito para aumentar a produção de leite e melhora genética dos animais. 8. Para reduzir o desemprego, o país tem apoiado a criação de micro, pequenas e médias empresas (PMEs), que já respondem por 60% dos novos empregos criados. Para tanto, obteve empréstimo do Banco Mundial, em 2009, para o projeto "Manufacturing, Services Development and Competitiveness Project", dedicado às PMEs.

Comércio Exterior

A participação do país no comércio africano e mundial é pequena, em função das dimensões do país. As ilhas Maurício importam principalmente da Índia, China, África do Sul e França. Seus produtos são exportados, sobretudo para o Reino Unido, França, Estados Unidos e Madagascar. Os mercados do COMESA e da SADC tem sido importantes para a exportação de produtos não-tradicionais, sobretudo de pequenas e médias empresas. A agência oficial de promoção de investimentos e fomento das exportações é a "Enterprise Mauritius".

A pauta de exportação de Maurício ainda é dominada por produtos têxteis, que são responsáveis por quase 40% da renda obtida com o comércio internacional. Em segundo lugar está a venda de açúcar, com 13,5% das exportações, e em terceiro a venda de pescados, ramo ainda incipiente no país, mas que já responde por 9% das vendas. A participação dos produtos têxteis e do açúcar vem caindo desde 2005, quando os acordos de preferência comercial foram invalidados pela OMC e competição com os demais países levou ao fechamento de fábricas e usinas no país. Os maiores mercados para exportação de Maurício são Inglaterra, França, Estados Unidos e Madagascar.

A exportação de serviços e o crescimento do turismo internacional na ilha são duas recentes fontes de entrada de divisas estrangeiras cada vez mais importantes para a estabilidade da economia e para sua transição para uma matriz

moderna. Em 2007, o turismo atraiu 900 mil pessoas e US\$ 1,3 bilhão para Maurício, representando 9,4% do PIB. Os principais países para o mercado turístico são França, a ilha de Réunion, Inglaterra, África do Sul, Alemanha e Itália. O Governo apresentou um projeto de modernização e ampliação da infraestrutura do setor, almejando aumentar para 2 milhões o número de turistas em 2015. Espera-se um aumento do número de turistas provindos não só da Europa, mas também da África e da Ásia.

Outra alternativa de diversificação da pauta de exportação, a qual também conta como parte dos esforços para reestruturar a indústria açucareira, é a produção e venda de etanol para o mercado europeu. Iniciada em 2004, um primeiro carregamento de 3,5 milhões de litros já foi enviado, mas o governo espera alcançar 30 milhões em 2015.

Maurício importou 82% de suas necessidades energéticas em 2006. Do total, 27% foi carvão e 73%, petróleo. A importação de combustíveis constituiu 17% das importações do país. Índia, China, França e África do Sul são os países dos quais Maurício mais importa. Somados, seus produtos representam metade de tudo o que o país comprou do estrangeiro. Após combustíveis, os itens mais importantes da pauta de importação são máquinas, manufaturados e bebidas.

A balança comercial mauriciana vem se tornando um problema crescente para as contas governamentais. Em 2008, o déficit chegou a US\$ 2 bilhões, uma vez que a venda de açúcar e têxteis caíram enquanto o preço de alimentos e combustíveis subiram. O crescimento do PIB do país nos últimos anos também contribuiu para a deterioração da balança comercial, pois aqueceu a demanda privada e pressionou as importações.

Maurício possui cerca de 150 empresas estatais com atividades em praticamente todas as áreas da economia. A transferência total do Governo para as estatais no biênio 2008/09 representou 3,5% do PIB. As estatais empregam cerca de 29.400 trabalhadores, com destaque para a companhia aérea Air Mauritius (2.914), a National Transport Corporation (2.877) e a Central Electricity Board (1.760). É digna de menção, pela sua importância para o comércio exterior, a estatal "Autoridade Marítima de Maurício", que controla o principal porto do país, Port Louis, por onde trafega 99% do comércio exterior do país. O setor privado possui instalações próprias nos portos (tais como silos, tanques para fertilizantes, cimento, moinhos, empacotadoras etc), sendo responsável por aproximadamente 45% do transporte de carga.

Investimentos

O país é considerado um dos mais abertos do mundo, ocupando o 12º lugar no Índice de Liberdade Econômica do Washington Post/Heritage Foundation. A liberdade para investimentos externos é ampla e o tempo médio para a abertura de uma empresa é de 6 dias.

O Judiciário é independente e desfruta de boa credibilidade junto aos agentes financeiros internos e externos. A Corte de Apelações mais alta é o "Privy Council of England". O país segue as normativas de registro de marcas e patentes estabelecidas pelo acordo TRIPS da OMC. Há uma Comissão Independente Anti-Corrupção (ICAC) com poder para investigar casos de corrupção e de lavagem de dinheiro. O país apresenta um dos índices de corrupção mais baixos do continente africano.

A tarifa de importação média do país é de 2,2%. Entretanto, considerando as preocupações nacionais com a segurança alimentar e com o meio ambiente, o país aplica quotas, restrições às importações e licenças para importação e exportação de alguns produtos. Há controle de preços para a importação de farinha de trigo, açúcar, leite, pão, arroz, derivados de petróleo, aço, cimento, fertilizantes e produtos farmacêuticos. As empresas estatais também realizam controle de preços e subsidiam a produção agrícola e industrial.

O país possui um sistema de impostos competitivo, aplicando uma taxa única de 15% para o imposto de renda de pessoa física e jurídica. Somente 7% da população paga impostos. Consequentemente, a receita fiscal do país também é reduzida, correspondendo a 17,4% do PIB. Os gastos governamentais são relativamente baixos, correspondendo a cerca de 23,5% do PIB.

A estratégia de desenvolvimento do país tem como foco principal a atração de investimentos estrangeiros. Mais de 9.000 empresas "offshore" estão atualmente instaladas nas Ilhas Maurício, provenientes sobretudo da Índia e da África do Sul. Os investimentos estrangeiros têm tratamento equivalente ao nacional, sem necessidade de sócios locais. O Código de Investimentos, que entrou em vigor após uma série de reformas em 2006, é considerado transparente e tornou o país um dos países mais atraentes da África para FDI.

De 2006 a 2009, os depósitos em rúpias mauricianas nos bancos locais aumentaram em cerca de 40%, superando a taxa de crescimento do PIB. A escassa poupança interna tem sido compensada com volumes crescentes de FDI, que têm financiado o déficit da balança de conta-corrente do país. O investimento privado representou, em 2009, 19,5% do PIB. O investimento total (público mais privado) representou 25,6% do PIB em 2009.

O FDI passou de uma média anual de Rs 1 bilhão (US\$ 31,5 milhões) até 2005, para uma média anual de Rs 8,4 bilhões (US\$ 264 milhões) após 2006. Em 2009, apesar da crise, o país recebeu cerca de Rs 9 bilhões (US\$ 283 milhões) em FDI. Em 2008, o país recebera 383 milhões de dólares em FDI (16,8% da formação fixa de capital bruto do país).

O país remeteu, em 2008, cerca de US\$ 52 milhões de FDI para o exterior, sobretudo para a Índia (US\$ 10,98 milhões).

A Zona Econômica Especial conhecida como "Jin Fei Trade and Economic Cooperation Zone" será o maior projeto de FDI da história do país, com um investimento chinês esperado de US\$ 750 milhões, nos próximos cinco anos, e

geração de cerca de 40.000 empregos diretos e indiretos. Há ainda incertezas quanto ao impacto ambiental do projeto e à desapropriação de uma área de aproximadamente 211 hectares, necessária à sua implantação.

O setor bancário doméstico representa 2/3 do setor, com um crescimento anual médio de 13% nos últimos cinco anos. Os dois principais bancos nacionais (Mauritius Commercial Bank e o State Commercial Bank) são responsáveis por 70% do mercado, enquanto os dois maiores bancos estrangeiros, Hong Kong Shanghai Banking Corporation (HSBC) e Barclays, controlam 22% do mercado. Não há restrições para a entrada e saída de capitais. No que se refere às transações bancárias transfronteiriças (Modo 1), todos os bancos e cidadãos mauricianos podem solicitar empréstimos no exterior, assim como manter contas em moeda estrangeira. O Banco de Maurício exerce o papel de regulador do setor, definido pelo "Bank of Mauritius Act", de 2004. Não há distinções entre bancos "onshore" e "offshore". Ao contrário do setor de turismo, o setor bancário não foi afetado pela crise econômica internacional.

O acesso à propriedade para estrangeiros é permitido com certas restrições. Não há restrições para o emprego de estrangeiros.

A França, a Índia e a China, por razões históricas, e a África do Sul, pela proximidade geográfica, são os principais parceiros econômicos do país. A China, que possui nas Ilhas sua maior diáspora (30.000 cidadãos) tem mantido presença crescente no país, não só em volume de comércio mas em FDI, destacando-se o projeto "Jin Fei", mencionado anteriormente.

Integração Regional

O país é membro da "Southern African Development Community" (SADC), do "Common Market for Eastern and Southern Africa" (COMESA), da União Africana, da Commonwealth of Nations, da Comunidade de Países Francófonos e é país observador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). É sede do Secretariado para a Comissão do Oceano Índico.

No âmbito da SADC e COMESA, e no marco do Acordo de Parceria Econômica (EPA) em negociação entre esses dois blocos, Maurício tem especial interesse em avançar na área de serviços. O país também negocia EPA com a União Europeia, em substituição aos Acordos ACP, e beneficia-se do sistema AGOA norte-americano. Estão em andamento negociações para a conclusão de acordos comerciais com a Índia, Paquistão e Turquia.

7. ANEXOS

Indicadores Econômicos e Comerciais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ILHAS MAURÍCIO

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República de Maurício
Superfície	1.860 Km ²
Localização	Índia, Sudeste da África
Capital	Port Louis
Principais cidades	Port Louis, Beau Bassin-Rose Hill
Idiomas	Ingles, Frances, Créole
PIB a preços correntes (2008 - estimativa EIU)	US\$ 8,71 bilhões
PIB per capita (2008)	US\$ 6.855
Moeda	Rúpia de Maurício

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2009

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
População (em milhões habitantes)	1,23	1,24	1,25	1,26	1,27
Densidade demográfica (hab/Km ²)	661,3	666,7	672,0	677,4	682,8
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	6,4	6,9	6,5	7,5	8,7
Crucimento real do PIB (%)	4,8	2,3	5,1	5,4	5,2
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	5,6	3,9	11,9	8,7	8,7
Reservas internacionais (US\$ milhões)	1.636	1.366	1.301	1.622	1.642
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	2,3	2,2	2,0	2,2	2,5
Câmbio (MRs / US\$) ⁽³⁾	28,20	30,67	34,34	28,22	31,80

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2009.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2007, estimativa EIU.

(3) 2008, cota real.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2005	2006	2007
A. Balança comercial (líquido - fob)	-797	-1.080	-1.425
Exportações	2.139	2.329	2.231
Importações	2.936	3.409	3.656
B. Serviços (líquido)	439	354	630
Receita	1.978	1.671	2.295
Despesa	1.539	1.317	1.665
C. Renda (líquido)	-58	-150	238
Receita	143	374	817
Despesa	151	324	578
D. Transferências unilaterais (líquido)	61	71	119
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-305	-605	-407
F. Conta de capitais (líquido)	-2	-3	-2
G. Conta financeira (líquido)	141	174	518
Investimentos diretos (líquido)	5	97	281
Portfólio (líquido)	-17	29	15
Outros	163	138	222
H. Erros e Omissões	0	294	327
I. Saldo (E+F+G+H)	-156	-140	436

Elaborado pelo MRE/DPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.

(1) Última posição disponível.

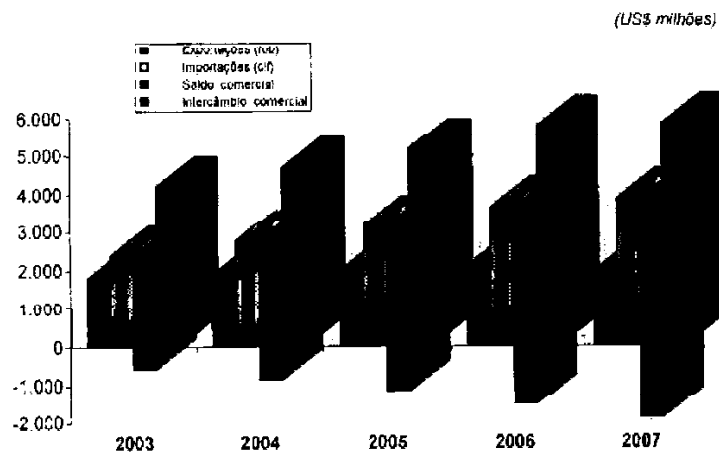
COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações (fob)	1.808	1.914	2.000	2.110	1.971	1.868
Importações (cif)	2.339	2.774	3.162	3.639	3.664	2.103
Saldo comercial	-550	-860	-1.162	-1.529	-1.693	-1.135
Intercâmbio comercial	4.126	4.686	5.162	5.749	5.635	3.071

Elaborado pelo MRE/DPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.

*1. Os dados não abrangem necessariamente os valores apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de coleta.

(2) janeiro - junho.

COMÉRCIO EXTERIOR DAS ILHAS MAURÍCIO 2003 - 2007



Elaborado pelo MRE/DPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total	2008 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Reino Unido	651	32,6%	705	33,4%	592	35,1%	291	30,1%
Frância	339	17,0%	275	13,0%	283	14,4%	158	16,3%
Estados Unidos	191	9,6%	181	8,6%	153	7,7%	85	8,8%
Madagascar	114	5,7%	104	4,9%	123	6,3%	70	7,3%
Itália	117	5,8%	87	4,1%	114	5,8%	58	7,0%
Emirados Árabes Unidos	106	5,3%	249	11,8%	78	4,0%	49	5,1%
Bélgica	53	2,6%	58	2,8%	67	3,4%	38	4,0%
Espanha	54	2,7%	77	3,7%	85	3,3%	22	2,3%
África do Sul	27	1,3%	47	2,2%	64	3,3%	27	2,8%
Alemanha	38	1,8%	41	1,9%	54	2,8%	29	3,0%
Brasil	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	1.745	87,2%	1.824	86,4%	1.694	86,0%	839	86,7%
DEMAIS PAÍSES	255	12,8%	286	13,6%	277	14,0%	129	13,3%
TOTAL GERAL	2.000	100,0%	2.110	100,0%	1.971	100,0%	968	100,0%

Elaborado pelo COMEX/CEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Division of Trade Statistics, 10 Dezembro 2008.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total	2008 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
Índia	219	6,9%	435	13,6%	819	21,2%	457	22,2%
China	311	9,8%	315	8,7%	440	11,4%	194	9,2%
Frância	240	7,6%	519	14,3%	412	10,7%	234	11,1%
África do Sul	273	8,6%	256	7,3%	284	7,4%	158	7,5%
Japão	113	3,6%	103	2,8%	138	3,6%	80	2,9%
Reino Unido	88	2,8%	91	2,5%	115	3,0%	50	2,4%
Itália	81	2,6%	93	2,6%	106	2,7%	55	2,6%
Alemanha	129	4,1%	148	4,0%	104	2,7%	63	3,0%
Malásia	91	2,9%	94	2,6%	100	2,6%	49	2,3%
Espanha	71	2,2%	73	2,0%	100	2,6%	38	1,8%
Indonésia	72	2,3%	74	2,0%	90	2,3%	59	2,8%
Estados Unidos	87	2,1%	74	2,0%	89	2,3%	21	1,0%
Austrália	91	2,9%	90	2,1%	85	2,3%	49	2,3%
Tailândia	52	1,6%	53	1,5%	88	1,8%	52	2,5%
Suécia	38	1,2%	41	1,1%	64	1,7%	35	1,7%
República da Coreia	31	1,0%	34	0,9%	53	1,4%	30	1,4%
Bélgica	50	1,6%	55	1,5%	51	1,3%	29	1,4%
Emirados Árabes Unidos	122	3,8%	104	2,9%	47	1,2%	34	1,5%
Argentina	39	1,2%	31	0,8%	45	1,2%	26	1,2%
Arábia Saudita	116	3,7%	126	3,5%	43	1,1%	28	1,3%
Singapura	54	1,7%	35	1,0%	43	1,1%	70	3,3%
Nova Zelândia	28	0,9%	27	0,7%	42	1,1%	31	1,5%
Paquistão	24	1,1%	20	1,1%	20	1,0%	22	1,0%
Finlândia	152	4,8%	88	2,4%	38	1,0%	8	0,3%
Seychelles	10	0,3%	33	0,9%	37	1,0%	21	1,0%
Hungria	73	2,3%	126	3,5%	30	0,8%	11	0,5%
Brasil	73	2,3%	9	0,3%	11	0,3%	6	0,3%
SUBTOTAL	2.437	77,1%	2.747	75,6%	2.679	68,3%	1.430	68,0%
DEMAIS PAÍSES	725	22,9%	892	24,5%	1.185	30,7%	673	32,0%
TOTAL GERAL	3.162	100,0%	3.639	100,0%	3.864	100,0%	2.103	100,0%

Elaborado pelo COMEX/CEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Division of Trade Statistics, 10 Dezembro 2008.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.
(1) Brasil - zero.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 7 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Vestuário e seus acessórios, de malha	610.130	29,7%	
Açúcares e produtos de confeitaria	300.554	14,6%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	269.326	13,1%	
Preparações de carne, peixes ou crustáceos	198.795	9,7%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	107.048	5,2%	
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	82.119	4,0%	
Peixes e crustáceos, moluscos	63.423	3,1%	
Algodão	36.769	1,8%	
Subtotal	1.668.164	81,2%	
Demais Produtos	385.918	18,8%	
Total Geral	2.054.082	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Combustíveis, óleos e ceras minerais	717.910	18,4%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	359.849	9,2%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	291.172	7,5%	
Peixes e crustáceos, moluscos	215.861	5,5%	
Algodão	199.342	5,1%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	172.333	4,4%	
Plásticos e suas obras	113.061	2,9%	
Cereais	108.182	2,8%	
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	99.911	2,6%	
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	96.852	2,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	89.732	2,3%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	78.772	2,0%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	72.369	1,9%	
Produtos farmacêuticos	69.793	1,8%	
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	62.129	1,6%	
Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	61.707	1,3%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	49.239	1,3%	
Subtotal	2.848.304	73,0%	
Demais Produtos	1.052.593	27,0%	
Total Geral	3.900.897	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

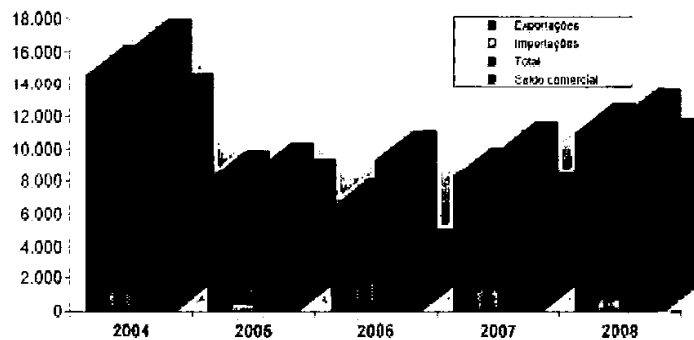
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ILHAS MAURÍCIO ⁽¹⁾		2 0 0 4	2 0 0 5	2 0 0 6	2 0 0 7	2 0 0 8
(US\$ mil - fob)						
Exportações		14.614	8.147	6.383	8.350	11.042
Variação em relação ao ano anterior		280,0%	-44,3%	-21,9%	31,2%	32,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África		0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações		1.626	483	3.025	1.580	876
Variação em relação ao ano anterior		-30,9%	-70,3%	320,3%	-47,0%	-44,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total		16.240	8.630	9.388	9.930	11.918
Variação em relação ao ano anterior		113,2%	-46,9%	8,8%	5,8%	20,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África		0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial		12.988	7.644	3.338	6.770	10.166

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, baseado nos dados do MDIC/SECEX/Alempost.

(1) As divergências observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de pelo a África podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ILHAS MAURÍCIO 2004 - 2008

(US\$ mil.)



Elaborado pelo MPE/MDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Mercado.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ILHAS MAURÍCIO		2004	%	2007	%	2008	%
US\$ mil - tot		no total		no total		no total	
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Preparações de carne, peixes ou crustáceos	1.080	17,0%	1.672	20,0%	3.289	29,8%	
Preparações alimentícias e conservas de alimentos	972	15,3%	3.049	37,0%	3.740	35,0%	
Extratos de carne, miúdos e sangue, suas preparações alimentícias	107	1,7%	552	6,6%	1.326	12,0%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	418	6,4%	1.076	12,9%	2.968	27,5%	
Outras máquinas e aparelhos para cozinha	438	6,8%	512	6,1%	1.012	9,2%	
Bombas (válvulas, combustíveis) e outros dispositivos	301	4,6%	263	3,2%	277	2,6%	
Carretos, óleos e outros produtos em recipientes	1.748	27,3%	0	0,0%	1.672	15,5%	
Óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade >= 10L	0	0,0%	0	0,0%	2.534	23,4%	
Óleo de soja, em outros recipientes de capacidade >= 10L	0	0,0%	0	0,0%	18	0,2%	
Calçados, partes e acessórios semelhantes	428	6,7%	850	10,3%	1.333	12,1%	
Óleos lubrificantes, exceto óleos para motores	223	3,5%	246	3,0%	702	6,5%	
Calçados de borracha, plástico ou outro material	0	0,0%	142	1,7%	319	2,9%	
Outros calçados de borracha, plástico ou outro material	177	2,8%	394	4,8%	229	2,1%	
Carne e miúdos, comestíveis	315	5,0%	870	10,4%	489	4,5%	
Carne desossada do bovino, congelada	277	4,4%	870	10,4%	413	3,8%	
Veículos automotores, terrestres, ciclo	263	4,0%	770	9,2%	422	3,9%	
Veículos automotores	134	2,1%	303	3,7%	148	1,4%	
Motocicletas com motor externo (250cc)	18	0,3%	48	0,6%	165	1,5%	
Leite e derivados, de aves, (leite natural)	318	4,9%	604	7,3%	368	3,4%	
Outros produtos de leite, comestíveis, associados	218	3,4%	227	2,7%	365	3,3%	
Óleos lubrificantes, exceto óleos para motores	0	0,0%	200	2,4%	0	0,0%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	0,1%	1.228	14,7%	324	3,0%	
Peças e acessórios para máquinas elétricas	0	0,0%	2.170	26,4%	201	1,9%	
Quadros, etc. com orelhas, interruptor, circuito elétrico >= 1KV	0	0,0%	46	0,5%	44	0,4%	
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	111	1,7%	49	0,6%	300	2,7%	
Produtos químicos	131	2,1%	175	2,1%	202	1,9%	
Agências e produtos de cosméticos	33	0,5%	309	3,8%	381	3,5%	
Outros do ferro fundido, ferro ou aço	117	1,8%	153	1,9%	85	0,8%	
Subtotal	5.305	83,4%	7.763	93,0%	10.534	95,4%	
Demais Produtos	1.058	16,6%	587	7,1%	508	4,6%	
TOTAL GERAL	6.363	100,0%	8.350	100,0%	11.042	100,0%	

Elaborado pelo MPE/MDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Mercado.

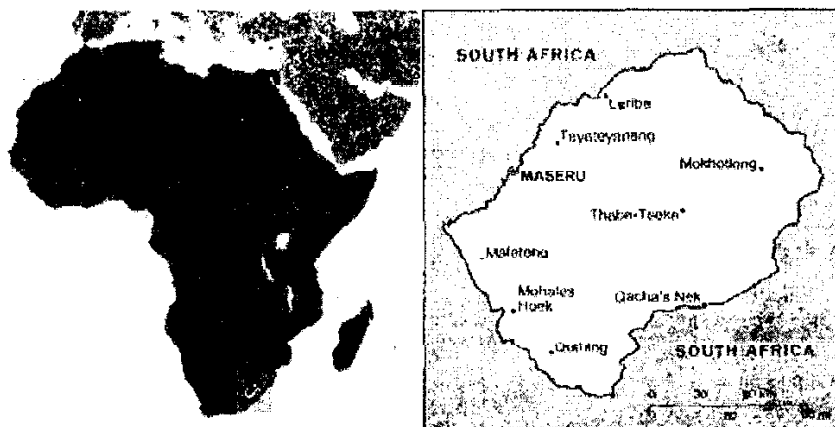
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ILHAS MAURÍCIO		2006	%	2007	%	2008	%
(US\$ mil - tot)		no total	no total	no total	no total	no total	no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Borracha e suas obras		0	0,0%	0	0,0%	374	42,7%
Borracha de látex natural, em outras formas primárias		0	0,0%	0	0,0%	374	42,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia		71	2,3%	119	7,5%	162	18,5%
Óculos, instrumentos ópticos, sensores e medidas		7	0,2%	19	1,2%	63	7,2%
Aparelhos medidores de pH		29	0,9%	50	3,2%	57	6,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		798	24,1%	558	34,4%	407	47,0%
Circuitos impr. comp. eletr. montados		0	0,0%	37	2,3%	97	11,1%
Outros partes de aparelhos de telefonia/telegrafia		371	12,3%	80	5,0%	8	0,9%
Circuitos impressos		0	0,0%	98	6,2%	1	0,1%
Outras câmeras de vídeo de imagens fixas		92	3,0%	249	15,6%	0	0,0%
Filmes/bobinas eletr. de 16, vol. <= 300cm3		552	18,2%	138	8,6%	0	0,0%
Ventiladores e suas acessórios, exceto de maqui		87	2,8%	114	7,1%	88	10,2%
Camisas de algodão, de uso masculino		97	3,0%	208	13,2%	70	8,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha		78	2,5%	167	10,3%	48	5,6%
Camisetas "t-shirt", etc., de malha de algodão		55	2,1%	109	6,9%	14	1,6%
Camisas de manga de algodão, de malha		23	0,7%	58	3,6%	34	3,9%
Produtos químicos inorgânicos		150	4,8%	10	0,6%	13	1,5%
Óleos lubrificantes e resinas		0	0,0%	14	0,9%	38	4,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		1.895	60,0%	447	28,3%	9	1,0%
Filmes negativos para impressão		0	0,0%	0	0,0%	9	1,0%
Tela para microcomputadores periféricos, poligráfica		1.865	59,0%	408	25,8%	0	0,0%
Outras partes e acessórios para máquinas automáticas proc. dados		224	7,4%	25	1,6%	0	0,0%
SUBTOTAL		2.878	45,2%	1.510	18,1%	861	7,7%
Demais Produtos		96	3,2%	70	4,4%	15	1,7%
TOTAL GERAL		3.825	100,0%	1.680	100,0%	876	100,0%

Elaborado pelo MPE/MDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Mercado.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação sobre o Reino do Lesoto

SUMÁRIO EXECUTIVO



OSTENSIVO

ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS.....	3
2. PERFIL BIOGRÁFICO.....	4
3. RELAÇÕES BILATERAIS.....	5
COMÉRCIO BILATERAL	7
4. POLÍTICA INTERNA	8
5. POLÍTICA EXTERNA	10
6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	11
COMÉRCIO EXTERIOR.....	12
ENERGIA.....	12
INDÚSTRIA	12
7. ANEXOS.....	13
INDICADORES ECONÓMICO-COMERCIAIS	13

1. DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Reino do Lesoto
CAPITAL:	Maseru
ÁREA:	30.344 km²
POPULAÇÃO (est. 2009 – FMI):	2,49 milhões
IDIOMAS:	Inglês, Sesoto, Xhosa, Zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs (91%); tradicionais (7.7%); outros (1.1%); sem religião (0.2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO:	PM Bethuel Pakalitha Mosisili
CHANCELER:	Hon. Mhlabi Kenneth Tsekoe
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Embaixador David Mohlomi Rantekoa - Residente em Washington
EMBAIXADOR BRASILEIRO:	Embaixador José Vicente Pimentel, em Pretória (cumulatividade)
PIB (est. 2009 – FMI):	US\$ 1,624 bilhão
PIB per capita (est. 2009 – FMI):	US\$ 650
PIB PPP (est. 2009 – FMI):	US\$ 3,215 bilhões
PIB PPP per capita (est. 2009 – FMI):	US\$ 1.291
UNIDADE MONETÁRIA:	Loti (unidade), Maloti (plural).

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → LESOTO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até ago)
Intercâmbio	9.028	0	486.774	1.330.405	61.780	79.079	51.876	48.410	49.060
Exportações	9.028	0	461.318	1.277.465	53.641	79.079	0	0	0
Importações	0	0	25.456	52.940	8.139	0	51.876	48.410	49.060
Saldo	9.028	0	435.862	1.224.525	45.502	79.079	-51.876	-48.410	-49.060

2. PERFIL BIOGRÁFICO

HON. MOHLABI KENNETH TSEKOA MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nascido em 13 de agosto de 1945, fez carreira na área da educação antes de ingressar no serviço diplomático. Fez Mestrado em Gestão Organizacional e Educação Internacional em Massachusetts, em 1981, e em Diplomacia e Relações Internacionais em Londres, em 1994.

Serviu como Alto Comissário do Lesoto para o Reino Unido, acumulando essa função com a de Embaixador para a República da Irlanda, Espanha e Portugal, de 1989 a 1996. Foi Secretário de Governo e Chefe do Serviço Público e Ministro das Finanças e do Planejamento para o Desenvolvimento, de 2001 a 2002. Em seguida, serviu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, de onde foi transferido para o Ministério da Educação e Treinamento (2004 a 2007). Assumiu a Chancelaria lesota após as eleições de 2007.

Manteve encontro com o Senhor Ministro de Estado em novembro de 2008, em paralelo à Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Doha.

3. RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Lesoto têm uma agenda bilateral limitada. Há potencial de cooperação nas áreas de educação, HIV/AIDS, turismo, combate à fome e redução de pobreza e esporte (futebol).

As relações bilaterais, estabelecidas em 1970, são ainda pouco expressivas. Devido ao regime aparteísta na África do Sul, a Embaixada do Brasil em Maputo, Moçambique, respondeu pelo relacionamento bilateral com o Lesoto até 1997, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Pretória. O Lesoto mantém, desde 1991, Consulado Honorário em São Paulo.

Até recentemente, os contatos bilaterais se restringiam às respectivas a cerimônias de apresentação de credenciais. Em 1995, o Embaixador do Lesoto em Washington, que acumula a representação junto ao Governo brasileiro, esteve no Brasil para apresentar suas cartas credenciais ao PR Fernando Henrique Cardoso. O então Embaixador do Brasil na RAS, Oto Agripino Maia, apresentou cartas credenciais em abr/2000. Na ocasião, fez entrega às autoridades locais de proposta de Acordo de cooperação na área da educação, que poderá vir a abrigar trabalhos conjuntos no campo do ensino público e a concessão de vagas em universidades brasileiras para a formação no Brasil de estudantes daquele país.

Em 10/out/02, O Embaixador Jório Salgado Gama Filho apresentou cartas credenciais ao Rei Letsie III. Naquela ocasião, encontrou-se com o PM Interino e Ministro da Educação, Lesao Lehohla, com o MNE em exercício, S. E Motanyane, e com outras autoridades locais. Áreas de eventual cooperação, indicadas pela então Embaixadora do Lesoto no Brasil, Senhora Molekeleng Ernestina Rapolaki, quando de sua apresentação de credenciais, em out/02, compreendiam AIDS; turismo; setor de bancos de varejo; combate à fome e redução de pobreza; e esporte – em particular, o futebol.

Por sua vez, o então MNE Motanyane demonstrou seu contentamento com a aproximação entre os responsáveis pelos recursos hídricos dos dois países, durante encontro de trabalho, realizado em Foz do Iguaçu, em set-out/02, à margem do Encontro da Comissão Internacional sobre Grandes Represas.

Houve, à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha, 29/nov/08), um encontro entre o Sr ME e o MNE Tsekoa, ocasião em que se tratou das possibilidades de cooperação no campo da agricultura. O MNE lesotiano afirmou que seu país busca a autossuficiência alimentar e conta com a cooperação brasileira, particularmente no que concerne à irrigação e à seleção de sementes, para melhorar a produtividade. O Governo de Lesoto manifestou interesse, também, no estabelecimento de um mecanismo de cooperação para a formação acadêmica de diplomatas.

Em ago/09, o Lesoto enviou ao Brasil proposta de um acordo para o estabelecimento de uma comissão mista de cooperação, cujo conteúdo foi apreciado pela SERE. A comissão versaria sobre cooperação técnica, científica, cultural e econômica, e seria composta pelos MNEs das duas partes e por representantes responsáveis pelas áreas de cooperação acordadas.

Em mai/10, o Embaixador do Lesoto para o Brasil, residente em Washington, veio a Brasília apresentar credenciais ao Sr PR, e cumpriu programa de visitas a autoridades brasileiras para tratar de: estabelecimento de comissão conjunta de cooperação; oportunidades de comércio e investimento, em particular na produção de medicamentos genéricos (MS referiu-se à implantação de fábrica em Moçambique); desenvolvimento de recursos energéticos (conversou sobre biocombustíveis e hidroeletricidade); implementação do acordo de comércio preferencial MERCOSUL-SACU (foi informado sobre estado de tramitação no CN).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesoto, Mohlabi Kenneth Tsekoa realizou visita no dia 8 de setembro de 2010 – a primeira de um Chanceler daquele país ao Brasil. A visita limitou-se a encontro comigo no Itamaraty, tendo o visitante preferido que outros contatos venham a ser feitos por futuras missões técnicas lesotas e brasileiras.

Na ocasião, foi firmado um Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, primeiro instrumento firmado entre o Brasil e o Lesoto. O Ministro Tsekoa fez menção a contatos já mantidos com o Brasil no âmbito das negociações comerciais da OMC, salientando interesse do Lesoto em que o Brasil siga desempenhando papel de liderança nas discussões. Referiu-se, igualmente, ao Acordo de Preferências Tarifárias entre o MERCOSUL e a SACU, firmado pelos países da SACU em abril último, o qual teria suscitado expectativas entre os signatários da SACU.

A área de cooperação em temas de agricultura e segurança alimentar foi especialmente enfatizada pelo Ministro Tsekoa, que solicitou o envio de missão prospectiva da EMBRAPA ao Lesoto. Especificamente, manifestou interesse em receber cooperação em matéria de irrigação (sobretudo em pequenas propriedades) e assessoria em temas de acesso a crédito e acesso a mercados. Referiu-se à implementação dos projetos-piloto do Programa de Aquisição de Alimentos em dez países africanos, anunciados por ocasião do encontro Brasil-África de Ministros de Agricultura, para solicitar que o Brasil considere seriamente o Lesoto como candidato a receber um dos projetos.

O Ministro Kenneth Tsekoa indicou que o Lesoto deverá enviar ao Brasil, em breve, uma missão prospectiva, centrada nas áreas de agricultura e irrigação, mas possivelmente também integrada por técnicos das áreas de saúde e eletricidade (tendo em vista o potencial do país nesse campo, sobretudo no que tange às Pequenas centrais Hidrelétricas - PCHs). Da parte do Brasil, foi informado que o país deverá enviar, tão logo possível, missão da EMBRAPA ao Lesoto.

COMÉRCIO BILATERAL

As relações comerciais com o Brasil são modestas. Nos últimos anos, o fluxo de comércio mais expressivo, US\$ 1,3 milhão, foi alcançado em 2005. No quadro das exportações brasileiras para o Lesoto, panelas constituíram 100% da pauta em 2006; em 2004 e 2005, algodão e seus tecidos predominaram na pauta. Em 2007, as exportações brasileiras concentraram-se, uma vez mais, em panelas.

Em 2008, 2009 e jan-jul/10, não houve registro de exportações para o Lesoto. No entanto, deve haver distorção estatística, uma vez que bens brasileiros costumam ser internalizados na RAS e seguir para o Lesoto por via terrestre. Estima-se que produtos agrícolas brasileiros sejam vendidos ao país africano por tal caminho.

Em 2006, as importações brasileiras do Lesoto resumiram-se a itens de vestuário, sobretudo camisas e camisetas. No ano seguinte, não foram registradas importações. Em 2008, a pauta concentrou-se em materiais elétricos (disjuntores). Em 2009, as importações incluíram disjuntores elétricos e peças de vestuário.

O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU deverá aumentar o fluxo comercial entre os dois países, porém ainda depende de ratificação.

4. POLÍTICA INTERNA

O Lesoto é um enclave cercado pela África do Sul. Trata-se de país montanhoso, que em todos os pontos supera 1.000 metros de altitude. Protetorado britânico desde 1868, então denominado Basutolândia, o Lesoto tornou-se independente em 1966.

A Constituição previa um monarca, Moshoeshoe II, “um símbolo vivo da unidade nacional”, mas com poderes limitados, e uma Assembleia Nacional baseada no sufrágio universal. O PM seria automaticamente o líder do partido mais votado. O rei exilou-se em 1990, dois anos depois de ter seus poderes suspensos por uma junta militar, mas regressou ao país e reassumiu o trono em 1995 – vindo a falecer no ano seguinte, em um acidente de automóvel. Seu filho, o atual rei Letsie III, tornou-se então o Chefe de Estado do Lesoto.

Em 22/set/98, militares sul-africanos invadiram o país para viabilizar o Governo do PM Pakalitha Mosisili, vencedor nas eleições de mai/98. A intervenção da RAS, feita a pedido do PM do Lesoto, foi realizada como uma missão da SADC (Operação Boleas), da qual participaram também forças de Botsuana. O ato foi legitimado pelo Memorando de Entendimento de 1994 da SADC, pelo qual RAS, Botsuana e Zimbábue foram indicados como garantes da democracia no Lesoto.

A Operação Boleas foi encerrada em 19/out/98. No entanto, tropas sul-africanas permaneceram estacionadas no Lesoto. A intervenção atendeu, outrossim, a interesses nítidos da RAS, de manter a estabilidade no país incrustado em seu território, e, principalmente, para evitar um fluxo de refugiados e garantir os investimentos sul-africanos, em particular no projeto de fornecimento de água, que beneficia a província de Gauteng, sede do governo da RAS. As últimas tropas sul-africanas e botsuanesas deixaram o Lesoto em mai/99.

As eleições de 2007 também foram aprovadas por observadores internacionais de SADC, UA, UE e EUA, entre outros. No entanto, a falta de definição sobre a alocação das 40 vagas a serem distribuídas aos partidos de modo proporcional à sua votação geral gerou tensões e atos de intimidação contra autoridades do Poder Executivo. Em decorrência disso, o Governo impôs, em jun/07, toque de recolher em Maseru.

A partir das eleições parlamentares de 2007, a questão da distribuição de assentos parlamentares fez surgir nova crise entre Governo e oposição. A Corte Constitucional lesota confirmou a legalidade do método de alocação de assentos e do processo eleitoral, mas a oposição não aceitou a distribuição das cadeiras. O modelo misto da eleição legislativa no Lesoto é complexo e de difícil entendimento. O ex-PR de Botsuana, Ketumile Masire, realizou esforço de mediação e, em jul/09, divulgou relatório que considerava irregular o critério de distribuição, reacendendo o debate. Entidades da sociedade civil vêm tentando aproximar os partidos para dirimir a questão. A SADC monitora as negociações.

Atualmente, o LCD controla a maioria da Assembleia Nacional, com 82 das 120 cadeiras. A oposição é formada por 10 partidos, dos quais se destaca o "All Basotho Congress", com 27 assentos. O Senado é composto por 22 chefes tradicionais, cujos cargos são hereditários, e 11 membros designados pelo Rei.

Em abr/09, tentativa frustrada de assassinar o PM Pakalitha Mosisili levou à prisão de dois suspeitos no Lesoto e de mais oito na RAS, entre os quais o ex-segurança do líder da oposição, Tom Thabane, do partido All Basotho Convention.

Recentemente, os partidos políticos chegaram a um acordo com respeito a um "roadmap" para as eleições de 2012, que prescreve mudanças na Constituição e na legislação eleitoral.

HIV/AIDS

Em relação aos temas sociais, resta muito a fazer no Lesoto. Um desafio para o país é a epidemia de AIDS. Em 2004, estimou-se que aproximadamente 24% da população do país e 40% da capital, Maseru, era portadora do HIV. Diante da gravidade da situação, o Governo, em conjunto com a OMS, lançou a campanha "Know Your Status", para testar toda a população acima de 12 anos. Realizada de porta em porta, por voluntários, a campanha enfrenta a falta de recursos, de mão-de-obra e de medicamentos anti-retrovirais para o tratamento dos infectados. Como efeito da disseminação da AIDS, o crescimento populacional alcança médias anuais muito baixas desde 2000 – cerca de 0,3%. Estatísticas mais precisas sobre a real taxa de prevalência advirão dos resultados da campanha, mas em 2005 já havia 97 mil "órfãos da AIDS", crianças cujos pais e responsáveis sucumbiram à doença.

A diminuição da expectativa de vida, de 59 para 40 anos entre 1990 e 2010, revela a acelerada propagação do HIV. O Lesoto apresenta o terceiro maior percentual de infectados do mundo, 23,2%, e uma média de 62 contaminados e 50 mortos por dia. A questão se mostra mais premente em razão da pequena população, que cresce a uma taxa de 0,1% a.a., devido à, entre outros fatores, alta mortalidade, baixa natalidade, emigração acentuada e baixa expectativa de vida.

Em 2002, enquanto acompanhava a batalha legal na RAS sobre a utilização do antiretroviral nevirapine, o PM Mosisili, durante visita oficial à Alemanha, iniciou negociações com o laboratório Boringer-Ingelheim para a assinatura de um acordo para a doação daquele medicamento a centros de saúde de seu país, para o programa oficial para evitar a transmissão da doença de mãe para filho. O programa foi lançado oficialmente, em jan/03, em cerimônia realizada em Maseru e incluiu o fornecimento gratuito de nevirapine àquele país, por cinco anos, inicialmente para oito centros de saúde, estendendo-se gradualmente a todo o país.

O Lesoto é um dos países com a maior taxa de alfabetização na África Subsaariana – mais de 80% da população adulta.

5. POLÍTICA EXTERNA

Por sua condição geográfica e pela dimensão de seus recursos de poder (populacional, econômico e militar), o Lesoto tem sua política externa quase inteiramente determinada pela África do Sul. Até a década de 1990, aproximadamente um terço da força de trabalho masculina era empregada na indústria mineira sul-africana e o envio de divisas desses trabalhadores representava cerca de um terço do PIB do país. O número de migrantes lesotenses na RAS tem declinado (passou de 127 mil em 1989 para 52 mil em 2006), em razão da queda da rentabilidade das minas. Cerca de 85% dos produtos importados são provenientes da África do Sul.

O Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto (LHWP) fez crescer a interdependência entre os vizinhos. O projeto garante água para a província sul-africana de Gauteng. Ademais, importante parcela da arrecadação pública provém de gravames aduaneiros decorrentes de sua participação na União Aduaneira da África Austral (SACU), cujos recursos são administrados pela África do Sul.

Outra vertente da política externa do Lesoto abre-se para os EUA: o país africano é beneficiário de acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, através dos mecanismos do “Africa Growth and Opportunity Act” (AGOA).

O Lesoto, que no passado reconhecia Taiwan, hoje mantém laços diplomáticos com a China.

6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Lesoto é uma economia de pequenas dimensões e dependente da RAS. Mais de 80% de sua população dedica-se à agricultura de subsistência. As remessas de divisas dos trabalhadores empregados na indústria mineira sul-africana – que, em 1990, foram responsáveis por 67% do PIB – vêm diminuindo sistematicamente desde então, sendo hoje inferiores a 30% do PIB. Atualmente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes da participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU).

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, que juntos constituem quase 45% do PIB: mineração e indústria têxtil e de vestuário. A agricultura intensiva em mão-de-obra continua desempenhando papel importante. É a principal fonte de renda na zona rural, onde vive a maior parte da população. A maior parte das terras em Lesoto é propícia à pecuária: as montanhas são utilizadas como pasto no verão e as planícies, no inverno. No entanto, a produtividade vem diminuindo devido à seca, ao roubo de gado, à deterioração dos pastos e ao êxodo rural.

O governo também ocupa papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infra-estrutura.

O FMI aprovou para o Lesoto, em 2001, um Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF), de US\$ 32 milhões, com ênfase na privatização, no fortalecimento do setor financeiro e na melhoria da base de receitas do governo. Foi salientada a necessidade de aperfeiçoar a administração pública. O FMI sinalizou que apoiaria um novo programa de assistência. Contudo, o Governo não concluiu acordo para novo PRGF, aparentemente devido ao fato de o país não ter sido incluído em programas de redução de dívidas. Ademais, houve melhoria na situação fiscal do país. Supercréditos orçamentários são recorrentes desde 2003/04, graças, em alguns anos, à disciplina fiscal, mas, sobretudo, devido a pagamentos fortuitos por parte da SACU.

A indústria e os serviços vêm estimulando o crescimento econômico desde o fim dos anos 1980, embora a renda cresça mais lentamente, devido ao declínio na taxa dos rendimentos dos migrantes. A construção civil, principalmente o Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto (LHWP), também impulsiona o crescimento. O fim do Acordo Multifibras levou a uma dura competição com a indústria têxtil chinesa, em 2005, o que causou uma queda de 1,2% do PIB naquele ano. O Governo, no entanto, respondeu rapidamente, com incentivos ao investimento, que, juntamente com a retomada da mineração de diamantes, ajudaram a recuperar o crescimento econômico para 6,2% e 4,8%, em 2006 e 2007, respectivamente. A expansão do PIB foi de 3,9% em 2008 e 1,6% em 2009.

O Lesoto tem melhorado sua posição no ranking dos países com ambiente favorável aos negócios, elaborado pelo Banco Mundial, passando da 144ª posição em 2007 para a 130ª em 2010 – logo abaixo do Brasil, o 129º. As maiores deficiências do país estão relacionadas a procedimentos burocráticos, proteção a investimentos e à propriedade intelectual e garantia da execução dos contratos.

COMÉRCIO EXTERIOR

A capacidade exportadora do Lesoto, tradicionalmente, se limitava ao mercado da África do Sul. Nos últimos anos, porém, o país perseguiu uma estratégia de desenvolvimento e erradicação da pobreza baseada nas exportações.

Como país de menor desenvolvimento relativo, o Lesoto passou a beneficiar-se de acordos preferenciais de comércio com Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Associação Européia de Livre Comércio (AELC), União Européia (regulação “Everything But Arms”, EBA), Japão e Estados Unidos (lei AGOA).

O Lesoto exporta principalmente vestuários e sapatos e, secundariamente, lã e animais em pé, sobretudo para a SADC e Estados Unidos. As importações concentram-se em derivados de petróleo, material de construção, veículos, máquinas e remédios, provenientes especialmente de países asiáticos.

O país tem se beneficiado da política de transferência de receitas aduaneiras da SACU, cuja soma ascende a cerca de 36% do PIB.

ENERGIA

O principal recurso natural do Lesoto é a água. O Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto impulsionou a venda desse recurso para a RAS, principalmente desde 1998, com a conclusão da primeira fase do projeto, e tem gerado impacto positivo no crescimento econômico do país, com o pagamento de “royalties” pela África do Sul. O projeto pretende também tornar o Lesoto auto-suficiente em energia elétrica, com a entrada em funcionamento da usina hidrelétrica subterrânea de Muela (200 Mw) e de outras centrais. Antes, toda a energia elétrica do país era fornecida pela estatal sul-africana ESKOM.

INDÚSTRIA

O maior dinamismo foi alcançado pela indústria têxtil e de confecções. Beneficiando-se do acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, mediante mecanismos do AGOA (desde 1998), a economia lesotiana atraiu capitais externos. Em 2003, o Lesoto já era um dos grandes exportadores de têxteis para os EUA. As 30 empresas atuando no setor empregam cerca de 50 mil lesotianos. Depois de forte crescimento, o setor foi afetado pela apreciação monetária, de 2003 a 2005, bem como pela competição asiática, após a remoção das cotas sob o Acordo Multifibras, no começo de 2005. Entretanto, a subsequente desvalorização da moeda e os incentivos públicos ao investimento ajudaram a recuperar o setor.

7. ANEXOS

INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Reino de Lesoto
Superfície	30.344 Km ²
Localização	Sul da África
Capital	Maseru
Principais cidades	Mafeteng, Mphahle's Hoek, Mckhotlong, Thaba-Tseka, Barea
Idiomas	Sesuthu e Inglês
PIB a preços correntes (2008 - Estimativa EIU)	US\$ 1,6 bilhão
PIB "per capita" (2008)	US\$ 761
Moeda	Loti

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report July 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	2,0	2,0	2,0	2,0	2,1
Densidade demográfica (hab/km ²)	65,9	65,9	65,9	65,9	69,2
PIB a preços correntes (US\$ bilhões) ⁽³⁾	1,4	1,5	1,7	1,8	2,0
Crescimento real do PIB (%) ⁽⁴⁾	0,7	8,0	5,2	3,9	1,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	3,4	6,0	8,0	10,7	7,2
Reservas internacionais, exceto ouro (US\$ milhões)	519	650	936	962	987
Câmbio (M / US\$)	6,4	6,8	7,0	8,3	8,5

(1)

(2) Estimativa EIU.

(3) 2004, 2005, 2006 e 2007: estimativa EIU.

(4) 2000: estimativa.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - FOB)	-668	-799	-736
Exportações	694	805	882
Importações	1.361	1.604	1.618
B. Serviços (líquido)	-36	-34	-43
Receita	59	76	67
Despesa	95	110	110
C. Receita (líquido)	281	426	501
Receita	413	525	537
Despesa	32	97	30
D. Transferências unilaterais (líquido)	389	625	515
E. Transações correntes (A+B+C+D)	66	220	244
F. Conta de capitais (líquido)	11	32	14
G. Conta financeira (líquido)	23	68	143
Investimentos diretos (líquido)	113	130	218
Portfólio (líquido)	0	0	0
Outros	-88	-62	-75
H. Erros e Omissões	119	-67	-150
I. Saldo (E+F+G+H)	191	270	273

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FPI, International Financial Statistics, CD/May 2008.

(1) Última publicação disponível.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008 ⁽²⁾	2009 ⁽²⁾
Exportações (FOB)	515	544	669	669	477
Importações (FOB)	246	200	270	307	250
Balança comercial	270	344	399	361	227
Intercâmbio comercial	760	834	939	976	733

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2009

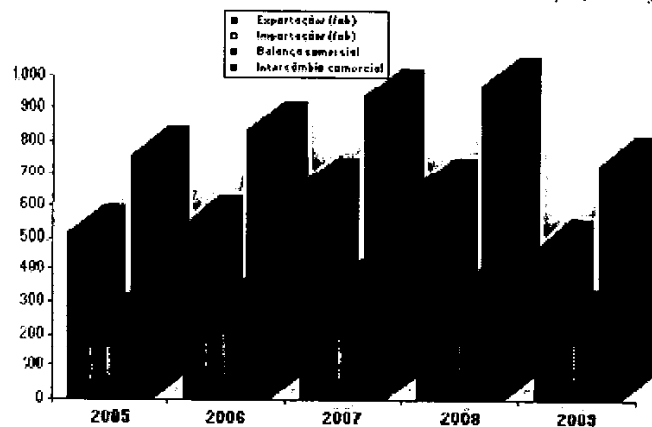
⁽¹⁾ Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo e do uso de fontes diversas

⁽²⁾ Estimativa EIU.

COMERCIO EXTERIOR DE LESOTO

2005 - 2009

(US\$ milhões)



DIREÇÃO DO COMERCIO EXTERIOR	2007	2008	2009
(US\$ mil - US\$)	(no total)	(no total)	(no total)
EXPORTAÇÕES:			
Estados Unidos	401 831 69,1%	399 188 58,81%	315 890 68,26%
China	160 329 24,0%	210 400 30,73%	376 872 82,92%
Canadá	7 297 1,1%	6 255 0,94%	7 705 1,62%
Inglaterra	7 348 1,1%	6 974 1,04%	5 100 1,07%
Reino Unido	2 419 0,4%	2 598 0,39%	2 578 0,54%
Brasil	0 0,0%	52 0,07%	48 0,07%
SUBTOTAL	645 215 96,5%	654 353 97,3%	663 198 98,4%
DEMAIS PAÍSES	21 345 3,2%	13 977 2,1%	7 511 1,4%
TOTAL GERAL	666 560 100,0%	668 330 100,0%	475 733 100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap. Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

Lesoto não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

DIREÇÃO DO COMERCIO EXTERIOR	2007	2008	2009
(US\$ mil - US\$)	(no total)	(no total)	(no total)
IMPORTAÇÕES:			
China	45 563 16,3%	42 778 13,9%	43 915 21,1%
Estados Unidos	55 882 21,0%	79 639 25,0%	50 392 19,7%
Canadá	52 538 19,5%	40 513 12,7%	47 933 23,2%
Reino Unido	51 730 21,4%	49 879 15,2%	29 870 14,3%
Inglaterra	5 927 2,2%	2 175 0,4%	25 618 12,0%
Estados Unidos da América	7 526 2,8%	1 340 0,4%	16 530 7,9%
Índia	2 102 0,8%	35 439 11,0%	12 510 6,0%
Alemanha	12 441 4,8%	13 260 4,0%	7 664 3,6%
Reino Unido	2 444 0,9%	2 244 0,7%	3 032 1,4%
Paquistão	2 392 0,9%	3 124 1,0%	2 138 1,0%
Belgica	454 0,2%	1 502 0,5%	1 546 0,7%
Brasil	79 0,0%	0 0,0%	0 0,0%
SUBTOTAL	278 616 92,1%	299 879 94,7%	247 753 94,4%
DEMAIS PAÍSES	21 446 7,9%	16 320 5,3%	8 118 3,2%
TOTAL GERAL	299 062 100,0%	316 199 100,0%	255 871 100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap. Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

Lesoto não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LESOTO**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 9 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	130,2	37,8%
Pérolas naturais, cultivadas, pedras preciosas	100,0	33,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	125,2	25,6%
Subtotal	355,4	97,2%
Demais Produtos	13,1	2,8%
Total Geral	368,5	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Têxteis de malha	69,2	27,0%
máquinas, aparelhos e materiais elétricos	67,0	25,3%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24,8	9,6%
Produtos farmacêuticos	24,3	9,5%
Algodão	21,6	8,4%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	4,3	1,7%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	4,2	1,6%
Plásticos e seus artigos	3,5	1,4%
Filamentos sintéticos ou artificiais	3,3	1,3%
Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas	3,0	1,2%
Subtotal	225,9	88,1%
Demais Produtos	30,5	11,9%
Total Geral	256,4	100,0%

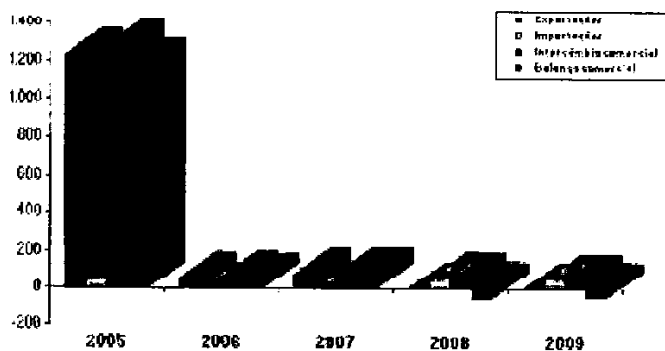
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/TradeMap.

Lesoto não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-LESOTO
2004 - 2008**

(US\$ mil. fob)



**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LESOTO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LESOTO (US\$ mil - fob)		2007	%	2008	%	2009	%
		no total		no total		no total	
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Subtotal		0	100,0%	0	100,0%	0	100,0%
Demais Produtos		0	100,0%	0	100,0%	0	100,0%
TOTAL GERAL		0	100,0%	0	100,0%	0	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPN/DC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MRE/SECEX/Aikweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em US\$ mil*

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LESOTO (US\$ mil - fob)		2007	%	2008	%	2009	%
		no total		no total		no total	
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		0	0,0%	50	0,0%	41	85,4%
Dispositivos para tensão < 1KV		0	0,0%	50	0,0%	400	84,3%
Unidade de saída para vídeo, com tela < 10cm e não de uso profissional		0	0,0%	0	0,0%	nfe	1,0%
Vestimenta e seus acessórios, de malha		0	0,0%	1,00	0,0%	7	14,8%
Culças de malha de algodão ou a seu mascuino		0	0,0%	0	0,0%	40	8,2%
Camisetas "t-shirts", fio de malha de algodão		0	0,0%	0	0,0%	20	4,2%
Subtotal		0	0,0%	51	58,1%	458	100,0%
Demais Produtos		0	0,0%	1	1,5%	0	0,0%
TOTAL GERAL		0	0,0%	52	100,0%	458	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPN/DC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MRE/SECEX/Aikweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em US\$ mil*

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LESOTO (US\$ mil - fob)		2009 (jan-jul)	% no total	2010 (jan-jul)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Sem exportações no período.					
Subtotal		0	0,0%	0	0,0%
Demais Produtos		0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL		0	0,0%	0	0,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		23	86,5%	35	67,2%
Vestimenta e seus acessórios, exceto de malha		0	0,0%	0	1,1%
Caldões, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		0	0,0%	0	0,0%
Vestimenta e seus acessórios, de malha		3	0,0%	0	0,0%
Subtotal		23	100,0%	35	68,5%
Demais Produtos		3	0,0%	1	1,7%
TOTAL GERAL		26	100,0%	36	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPN/DC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MRE/SECEX/Aikweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul 2010*

Aviso nº 36 - C. Civil.

Em 16 de fevereiro de 2011.

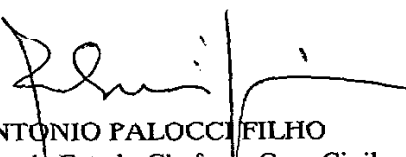
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.

Atenciosamente,



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 23/02/2011.